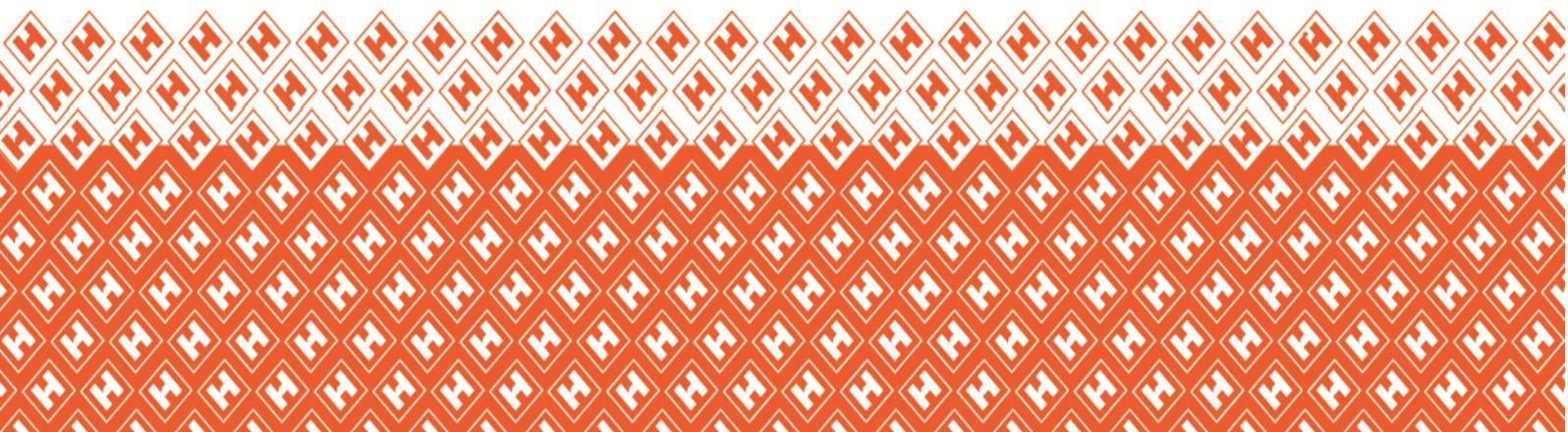




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO
DE HISTÓRIA/UFRJ/UFS – PROFHISTÓRIA

DIREITOS HUMANOS EM AULAS DE HISTÓRIA: PROPOSTAS DIDÁTICAS DE
PROMOÇÃO DE CIDADANIA EM UMA ESCOLA DO AGRESTE DE ALAGOAS
(2020-2023)

São Cristóvão
2023



MIDIANE CORDEIRO DA SILVA

Direitos humanos em aulas de História: propostas didáticas de promoção de cidadania em uma escola do Agreste de Alagoas (2020-2023)

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito final para a obtenção do título de Mestra.

Orientador: Prof. Dr. Dilton Candido Santos Maynard.

São Cristóvão
2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586d Silva, Midiane Cordeiro da.
Direitos humanos em aulas de História: propostas didáticas de promoção de cidadania em uma escola do Agreste de Alagoas (2020-2023) / Midiane Cordeiro da Silva; orientador Dilton Cândido Santos Maynard. – São Cristóvão, SE, 2023.
80 f.

Dissertação (mestrado profissional em Ensino de História) –
Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. História – Estudo e ensino. 2. Alagoas - História. 3. Direito e história. 4. Direitos humanos. 5. Cidadania. I. Maynard, Dilton Cândido Santos, orient. II. Título.

CDU 930.2:342.7(813.5)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Dilton Candido Santos Maynard (Orientador)
PROFHISTÓRIA – Universidade de Sergipe

Profa. Dra. Andreza Santos Cruz Maynard (Avaliadora interna)
COLÉGIO DE APLICAÇÃO/ PROFHISTÓRIA – Universidade de Sergipe

Profa. Dra. Clotildes Farias de Sousa (Avaliadora Externa)
SEDUC / SE / CESAD – Universidade de Sergipe

Dedico este trabalho a minha turma do Mestrado (a turma da Pandemia) e em especial a meu irmão de alma Ruy Moisés.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao Criador do universo por me propiciar uma existência repleta de encontros, sabores e aprendizagens.

A todos que compõem o corpo docente PROFHISTÓRIA/ UFS, em especial ao meu orientador.

Aos meus professores de todas as etapas do processo de escolarização que me ensinaram os caminhos alternativos na busca por uma vida mais significativa, e aos meus alunos que me permitem cotidianamente seguir aprendendo.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que têm me ajudado a tecer meu processo de evolução e que me ajudaram a construir minhas memórias pessoais e profissionais, contribuindo para revigorar minha maior qualidade: aprender.

RESUMO

A presente pesquisa busca demonstrar como os direitos humanos podem potencializar as aulas de história no processo de formação para a cidadania. Buscamos a partir de recortes temáticos possibilitar novos olhares sobre questões que perpassam o cotidiano dos nossos educandos. As experiências didáticas que resultaram na elaboração de um caderno didático para professores de História, foram aplicadas na Escola de Ensino Fundamental Crispiniano Ferreira de Brito, – no município de Arapiraca - AL, visando fortalecer a promoção dos direitos humanos e da cidadania nas aulas de história. As propostas apresentadas buscam fortalecer e efetivar as competências gerais das humanidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e potencializar os fundamentos da Educação em Direitos Humanos previstas no Plano Nacional de Educação em Direitos humanos (PNEDH). Os estudos apresentados têm a perspectiva de possibilitar a construção de propostas didáticas que tornem o conhecimento histórico significativo frente as demandas do tempo vivido, e assim possibilitando leituras de mundo balizadas pelas ferramentas que os estudos históricos oferecem.

Palavras-chaves: Direitos Humanos – Ensino de História – Educação em Direitos Humanos – Cidadania.

ABSTRACT

This research seeks to demonstrate how human rights can enhance the history classes in the process of training for citizenship. We seek from thematic clippings enable new views on issues that permeate the daily lives our four students. The didactic experiences that resulted in the preparation of a textbook for history teachers were applied in the elementary school Crispiano Ferreira de Brito, in the municipality of Arapiraca – AL, in order to reinforce the promotion of human rights and citizenship in history classes. The proposals presented seek to fortify and implement the general humanities competencies in the national core curriculum (BNCC) and enhance the foundations of human rights education provided int the National Plan for Human Rights Education (PNEDH). The studies presented have the perspective of enabling the construction of didactic proposals that take significant historical knowledge in the face of the demands of the time lived, and so enabling readings of the world determined by the tools that historical studies offer.

Keywords: Human Rights – History Teaching – Human Rights Education – Citizenship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
EDH	Educação em Direitos Humanos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PCD	Pessoa com deficiência
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PROFHISTÓRIA	Mestrado profissional em Ensino de História

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. VENTURAS E DESVENTURAS DE UMA OPERÁRIA DE CLIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ALAGOAS: MEMÓRIAS DE UMA CONSTRUÇÃO DOCENTE (2011-2023).	12
2. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS	17
2.1 O Ensino de História e as demandas do tempo presente	26
3. DIREITOS HUMANOS NAS AULAS DE HISTÓRIA: UMA PERSPECTIVA SOBRE CIDADANIA	31
3.1 Caderno Didático com sequencias didáticas sobre Ensino de História e os direitos humanos	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICES	40
APÊNDICE A – Caderno Didático do professor de História	41

INTRODUÇÃO

“Vivemos num período no qual as mais repugnantes formas de desigualdades e de discriminação sociais estão se tornando politicamente aceitáveis” (Santos, 2020, p.7).

O trecho acima ilustra bem o contexto no qual estamos imersos, onde as ameaças e os ataques aos direitos fundamentais têm feito parte da agenda de grupos de extrema-direita que buscam cada vez mais espaços de poder. Nesse tempo vivido, nós que defendemos os valores democráticos buscamos fôlego para respirar diante do ar fétido do fascismo que resiste e insiste em pairar sobre a atmosfera do nosso país. Velhas práticas são retomadas, discursos anacrônicos revigorados e ideologias antidemocráticas seguem se arraigando entre setores da sociedade brasileira que vibram com o a expansão do medo e do caos.

Vislumbrando o cenário atual global, onde os valores democráticos vêm sendo questionados, buscamos elencar algumas sugestões para discutir os direitos humanos alinhados com as diretrizes que orientam a educação brasileira. Desse modo, buscamos construir pontes entre os elementos que configuram a educação em direitos humanos e as finalidades que orientam o ensino de história.

Nessa encruzilhada de saberes que se coadunam aqui na nossa proposta, - onde buscamos trazer temáticas que contribuem para a inserção da discussão dos direitos humanos nas aulas de história no ensino fundamental II, - esquadrimos alternativas que podem favorecer o desenvolvimento de consciências históricas pautadas na autonomia de pensamento, numa leitura crítica de mundo, no fortalecimento da cultura dos direitos humanos e na formação cidadã.

Buscamos a partir dos recortes temáticos elencados (gênero, racismo e os direitos da criança e do adolescente) que serão apresentados numa cartilha para professores/as de História, ampliar a problematização desses temas históricos no chão da escola. Assim, com o olhar voltado para o tempo presente, focalizando em discussões que têm ganhado destaque no cenário nacional fomos tecendo propostas para serem utilizadas nas aulas de História.

A nossa intenção nesse texto e com o produto educacional desenvolvido é apresentar um saldo da minha experiência profissional em mais de uma década de atividade docente em duas escolas públicas situadas em dois municípios do agreste de Alagoas – Arapiraca e Estrela de Alagoas.

As propostas didáticas que demonstro nesse texto e no produto educacional, são recortes de um processo ininterrupto de uma construção docente, que tem forjado minha identidade profissional e marcado significativamente a minha condição humana. Desse modo, tenho caminhado pelas trincheiras da educação, dialogando com a realidade e pavimentando meu currículo com questões que afetam diretamente os coletivos que as escolas públicas nas quais trabalho recebem, buscando legar aos educandos a relevância da História para a formação da cidadania.

Quando adentramos nas fileiras da educação pública como educadores, é possível ter uma dimensão das nossas mazelas sociais e de quão distantes ainda estamos da tão sonhada garantia dos direitos fundamentais para todos/as. A cada ano nos deparamos com uma realidade desafiadora. Diante desse cenário, como constata Freire (2020, p. 26) “[...] participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade”.

Nesse sentido, tenho buscado parcerias nas escolas que exerço minhas ações pedagógicas tanto no sentido da construção interdisciplinar de saberes, quanto na busca por soluções para os desafios que constituem a minha realidade profissional tendo sempre no horizonte de minhas ações que os estudantes alcancem o que Pedro Demo define como “Aprender bem” (Demo, 2011, p. 43).

A importância dos direitos humanos nas discussões internacionais é ponto quase unânime entre os que discutem as configurações das democracias na atualidade. Nesse cenário de disputas, onde uma concepção contra hegemônica acerca desses direitos tenta se fixar, a educação ganha relevante papel na tentativa de construir uma nova relação de sociabilidade, um novo marco civilizatório, onde a alteridade e a diferença buscam se afirmar. Desse modo, a proteção integral a dignidade humana é uma premissa dos regimes democráticos - apesar das inúmeras contradições vivenciadas e do abismo entre o discurso e a efetividade desses direitos.

O Brasil e a América Latina tiveram suas histórias alicerçadas em estruturas violentas que gestaram sociedades marcadas pelas desigualdades, pelo racismo, pelo machismo, pela homofobia. Esses processos deixaram um legado de marginalização, e exclusão a vários segmentos sociais (povos originários, mulheres, negros, etc.). Nessas nações a efetividade dos direitos fundamentais para todos/as desponta como enorme desafio a ser superado. Infelizmente como bem definiu Santos (2013, p. 42): “[...] a grande maioria da população mundial hoje não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos”.

No entanto, gradativamente esses coletivos de “excluídos” vêm se organizando e passaram a reivindicar seus “lugares de fala” e exigir seu direito à diferença, buscando

alternativas para superar essas assimetrias sociais, culturais, políticas. As estruturas que vêm historicamente sustentando essa realidade vêm sendo desveladas e questionadas, e tem despontado cada vez mais forte um projeto civilizatório que aponta alternativas para superar essas abissais diferenças.

A realidade histórica de violação dos direitos humanos - marca presente no desenvolvimento do continente latino-americano -, deixou dívidas históricas que precisam ser sanadas, são feridas abertas que sangram e que precisam ser curadas, se quisermos construir novos rumos para esses países. Somos, portanto, herdeiros de um crime hediondo, causa principal da permanência, entre nós, de uma mentalidade que desconhece ou tende a dar um conceito pejorativo aos Direitos Humanos (Benevides, 2007, p. 335).

Partindo do reconhecimento desse cenário histórico, nós profissionais da história precisamos olhar para esses abismos que compõem a nossa realidade, e tentar tecer novos enredos, com o intuito de combater antigos discursos, e questionar estruturas que seguem arraigados na conduta social, em instituições, em aspectos culturais e legais, que tendem a legitimar a violência e as desigualdades sobre parcelas significativas da população. É com as lentes focadas nos problemas de nosso tempo, e observando a composição das composições erguidas no passado que poderemos tentar construir novos roteiros para a vida em sociedade.

O ambiente escolar, nesse espaço disputado de narrativas e interesses, ocupa um papel fundamental para a problematização dessas assimetrias sociais que teimam em serem reproduzidas, legitimadas e até naturalizadas. A escola como um dos lócus fundamental no processo de formação de identidade dos indivíduos deve ter em perspectiva a transformação de condutas, a consolidação de uma cidadania pautada nos valores democráticos e na promoção da cultura dos direitos humanos.

A educação como um vetor de transformação, um espaço de transmissão cultural, sempre esteve em destaque nas discussões sobre a operacionalização dos indivíduos na perspectiva dos direitos humanos. Acreditamos que a partir da conscientização, da instrumentalização e da vivência de uma cultura em direitos humanos, possamos construir novas projeções políticas e sociais, partindo conhecimento das experiências vividas e observando os desafios que compõem o nosso tempo.

O ensino de História nesse caleidoscópio de possibilidades que o tempo presente oferta, pode torna-se um importante aliado na construção das representações sociais, no processo de formação das identidades e na conscientização dos sujeitos históricos. Tendo em vista este cenário contemporâneo, acreditamos que a história escolar necessita situar seus currículos na realidade que nos circunda, numa tentativa de construir alternativas que possam contribuir para

o desenvolvimento de consciências históricas balizadas por reflexões sobre a historicidade de temas centrais que envolvem o nosso cotidiano.

No primeiro capítulo traço um panorama do processo de construção da minha identidade profissional, destacando minha atuação como professora em duas escolas públicas no Estado de Alagoas, onde venho acumulando experiências significativas a partir desse diálogo permanente com a realidade.

No segundo capítulo discuto os desafios que o ensino de história tem enfrentado na contemporaneidade e busco apontar alguns roteiros que podem contribuir para potencializar as abordagens específicas da disciplina escolar, frente ao cenário desafiador da contemporaneidade. Desse modo, tendo como pano de fundo os fundamentos teóricos e metodológicos da Educação em Direitos Humanos, apontamos como esses podem tornar-se aliados do ensino de História.

Por fim, no último capítulo apresentamos propostas de temáticas que potencializam as discussões sobre os direitos humanos, no formato de um caderno digital voltado para professores/as de História. O material foi pensado para ser uma ferramenta de suporte didático para os professores/a que atuam na educação básica, visando impulsionar algumas discussões que consideramos fundamentais para a formação cidadã dos nossos estudantes.

Esperamos que as sugestões e reflexões aqui propostas afetem de alguma maneira os educadores que labutam no ensino na educação básica, e que os mesmos se sintam instigados a avançar cada dia mais em temáticas tão relevantes para o cotidiano dos estudantes, tanto para sua formação cidadã quanto para o desenvolvimento de uma aprendizagem histórica que os ajudem a compreenderem as relações e conexões que compõem as demandas do tempo presente.

1. VENTURAS E DESVENTURAS DE UMA OPERÁRIA DE CLIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ALAGOAS: MEMÓRIAS DE UMA CONSTRUÇÃO DOCENTE (2011-2023).

“O terreno firme onde sempre acreditamos pisar, a materialidade do mundo, a verdade, a realidade, hoje sabemos, é água corrente, fluxo sobre o qual construímos imensas parafernalias discursivas e técnicas que desabam” (Mosé, 2018, p.58).

Diante das venturas e desventuras que compõe a profissão docente, é complicado saber por onde iniciar minhas memórias de pouco mais de década de atuação como professora de história da educação básica. Esse exercício gera certo desconforto e, ao mesmo tempo, aquece o coração. Passear pelos caminhos da memória, geralmente, provoca essa confusão de sentimentos. Entre lembranças e esquecimentos vão sendo erguidas estruturas que mapeiam representações construídas a partir de relações humanas vividas e compartilhadas.

A seletividade dos elementos que compõem a memória nos convida a um passeio por um repositório de ternas lembranças, mas também para lugares de assombramentos, possibilitando o reconhecimento dos elementos que constituem a nossa identidade. Compreendemos aqui identidade como: “[...] construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento” (Pesavento, 2005, p. 89).

Minha história assemelha-se com a de milhares de brasileiros/as que tiveram na interiorização das universidades uma oportunidade de chegar aos bancos universitários e aventurar-se nesse mundo das ciências, e assim me tornei a primeira pessoa a ter nível superior na minha família. Desse modo, fui dando meus primeiros passos e tecendo minha história nas trincheiras da educação, mesmo sem entender direito inicialmente o impacto da minha prática profissional.

Minha caminhada na educação teve início quando tive por dois anos e meio uma breve experiência numa escola da rede privada¹, uma instituição católica, onde experimentei meus primeiros contatos com as exigências presentes na rotina de qualquer professor/a (reuniões pedagógicas, os diários de classe, reunião com os pais...), e pude perceber em poucas semanas o quão era repleta de burocracias a ação docente.

Tudo era sistematizado e controlado, éramos acompanhados de perto, os pais eram até frequentes e as crianças e adolescentes em sua maioria respondiam bem, a obsessão de ter que concluir o livro didático. A minha missão era cumprida sem grandes dificuldades e questionamentos, cheguei a acreditar que o modelo conteudista, sem razão prática - tão combatido na universidade - era suficiente para cumprir as metas estabelecidas, afinal a coordenadora dizia que eu estava indo muito bem.

¹ Colégio Diocesano Sagrada Família. cd.sagradafamilia@hotmail.com.

No entanto, essas certezas foram abaladas quando passei no meu primeiro concurso público, para lecionar numa pequena escola da zona rural de Estrela de Alagoas² - AL. As horas de viagem em um carro lotado de professores/as, por estradas de chão não abalavam a minha alegria em lecionar para os filhos da classe trabalhadora, - agora concursada -, depois de anos de estudos e preparação. Seguindo esses itinerários cheguei a Escola Municipal Antônio Pinto de Araújo, após frequentar outras instituições do município, e nesta encontrei novos desafios que me fazem querer desvelar cada dia mais as descobertas que o ensino de História pode ofertar. Essa pequena escola traz em suas estruturas o histórico e os desafios dos que vivem nos recônditos rurais desse imenso país: dificuldades de acesso a serviços básicos, migrações pendulares e sazonais, falta de perspectivas e de oportunidades de emprego.

A dificuldade do acesso ao local de trabalho não diminuía minha alegria em poder enfim, contribuir de alguma maneira com aquelas crianças e jovens que buscavam aprender algo para além das lições que traziam de suas casas. O carinho, as cartinhas e as frutas que ganhava dos meus alunos fizeram muitas vezes diante de problemas pessoais afirmar que “a sala de aula me salva”. Hoje, mais de uma década passada, posso dizer que as salas de aulas me salvam, me ensinam e seguem renovando minhas esperanças na ação transformadora da educação.

E como afirmou o mestre Paulo Freire (2020, p. 126): “Prefiro ser criticado como idealista e sonhador inveterado por continuar, sem relutar, a apostar no ser humano” [...]. Nesse sentido, sigo construindo minhas experimentações pedagógicas sempre com o foco na realidade dos coletivos aos quais assisto e procurando contribuir para a instrumentalização dos estudantes para suas visões e intervenções no mundo.

São nesses “caminhos da escola” onde tenho buscado, através da sinergia entre todos que fazem parte da comunidade escolar, elementos para compor minhas ações docentes. Semanalmente circulo por duas escolas situadas em cidades e realidades bem diferentes, onde tento, através das ferramentas que a história escolar oferta apresentar possibilidades de novos olhares para a realidade imediata.

Minha jornada docente ganha novos contornos quando comecei a trabalhar na Escola de Ensino Fundamental Crispiniano Ferreira de Brito, localizada no município de Arapiraca³, no bairro Manoel Teles – uma das áreas mais violentas do perímetro urbano do município -,

² Município pertencente ao Estado de Alagoas, localizado a 150 km da capital Maceió, situado na região metropolitana do agreste.

³ A cidade de Arapiraca é a segunda maior de Alagoas e mais importante do interior do estado. Com população superior a 230 mil habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE para o ano de 2018.

caracterizado pelos graves problemas sociais típicos da maioria dos grandes centros urbanos brasileiros (Nealdo, 2021) (assassinatos, tráfico de drogas, pobreza) - enfim, um ambiente cercado pela ausência de políticas públicas mais efetivas que assegurem minimamente uma vida digna para os moradores. Desse modo, as desigualdades latentes e persistentes observadas e relatadas por nossos estudantes e familiares volta e meia vivem a nos impactar.

Ao tentar compreender os elementos que configuravam o mencionado espaço escolar, comecei ouvindo professores, diretores, consultando o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, funcionários do apoio e principalmente os alunos, e a partir desses “diálogos situacionais”⁴ percebi a dimensão do desafio que teria de encarar.

Desse modo, tentando a partir da leitura das estruturas que compõem a realidade que nos cerca, tenho buscado alternativas didáticas para o enfrentamento e a superação de silenciamentos e da invisibilidade de temas que tocam diretamente na construção coletiva e individual das identidades. Nessa busca, vamos tentando contribuir para superar essa visão que estrutura secularmente as instituições de ensino que acabam corroborando para a evasão escolar de milhões de educandos, inviabilizando assim aos mesmos o direito ao conhecimento.

No entanto, somente foi possível trilhar esses itinerários alternativos trazendo novas temáticas (violência de gênero, racismo estrutural, abuso sexual de crianças e adolescente) após atravessar os caminhos mais conhecidos. Assim, inicialmente busquei seguir minuciosamente as instruções de manuais que chegavam até mim, e obedecendo rigorosamente a lógica dos livros didáticos tentava construir meus planejamentos baseados nas famigeradas “grades curriculares”, - que me prendiam literalmente num universo paralelo onde muitas vezes, não entendia o meu fracasso na exposição das aulas. Nesses momentos adotava o discurso dos colegas mais experientes, que colocavam exclusivamente a culpa do fracasso escolar no desinteresse dos alunos/as.

Olhando para trás, hoje posso afirmar que meus dois primeiros anos na escola pública foram literalmente de aprendizagens, onde fui percebendo que nenhum teórico consegue explicar a complexidade que constitui o “chão da escola”. E após esse “choque de realidade”, e da conscientização das minhas ignorâncias, pude enfim recomeçar. A partir dessas constatações, pude perceber as disputas que existem no campo curricular, e assim buscar construir conexões entre as diretrizes curriculares do ensino de história e a realidade imediata

⁴ Aqui definidos como observações e levantamentos colhidos na comunidade escolar sobre os desafios que identificamos na realidade imediata, a partir de conversas cotidianas, da condução da resolução de problemas que surgem.

dos educandos, possibilitando que os conhecimentos históricos se efetivassem como elementos norteadores do tempo presente.

Entre erros e acertos tenho ousado construir pontes que levem meus estudantes a pensarem sobre as narrativas que são concebidas pela história, na tentativa que eles compreendam os fios com os quais a memória é tecida, visando efetivar o direito ao passado inerente a todos os seres humanos, contribuindo assim para a “superação de representações sociais que vêm da colonização e da modernidade progressista” (Arroyo, 2013. p. 314).

Ao promover nas minhas ações didáticas o encontro do conhecimento histórico com as demandas e desafios que afetam o tempo vivido, foi possível constatar que os sujeitos sociais provocados à luz de suas experiências podem elaborar novas leituras de mundo, e que ao voltarmos as lentes do conhecimento para os desafios cotidianos, podemos provocar novos sentidos sobre o vivido, permitindo assim que o passado não seja visto como um emaranhado de experiências ultrapassadas e sem utilidade, mas como um repositório de alegorias⁵ que devem ser preservadas para que possamos buscar respostas para as questões do tempo presente.

Nesses caminhos percorridos, passei por dois processos que foram fundamentais para mudar o rumo de minha atuação profissional. O primeiro tratou-se de uma Pós-Graduação em Educação em Direitos pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde pude conhecer a trajetória dos direitos humanos, da educação em direitos humanos, suas potencialidades e desafios. O segundo momento, foi a participação como supervisora do PIBID⁶ pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), onde pude em contato novamente com o ambiente acadêmico, retomar o diálogo com a pesquisa, e em exercício de aprendizagem e autocrítica fui percebendo as lacunas da minha formação inicial, que precisariam ser sanadas.

No ano que escrevo essas linhas (2023) no contexto pós-pandemia, onde as escolas públicas estavam reabrindo de forma presencial, eis que no meu primeiro dia de aula em uma das escolas que trabalho um aluno do oitavo ano me questiona com o olhar voltado para o pátio da escola e ponderou sobre as condições físicas da instituição apontando que nada mudou durante o transcorrer do período de aulas remotas, demonstrando toda uma frustração de quem esperava um ambiente acolhedor e renovado.

⁵ Na interpretação de Pesavento (2005, p.39), “As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem sua existência.

⁶ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais.

Apesar desses obstáculos (falta de recursos materiais, salas de aulas insalubres, falta de formação continuada) venho tentando anualmente formalizar nas minhas aulas temas relacionados a cidadania e aos direitos humanos buscando alternativas para estabelecer aprendizagens que propiciem autonomia, criticidade e o ato de conhecer-se. Assim, escolhemos “privilegiar a ‘realidade’ (não só pensada), vivida pelos educandos, fazendo que entre nas escolas como objeto de estudo, de conhecimento” (Arroyo, 2013, p.129).

A partir desse panorama supracitado, venho dando continuidade ao meu processo ininterrupto de construção de minha identidade docente, e enxerguei no Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA/ UFS – um local privilegiado para a manutenção do que Freire (2020, p. 57) denomina de “inconclusão assumida”.

O reencontro com os conhecimentos científicos genuínos (conceitos, teorias, novas visões sobre temas clássicos, inovações...) no mestrado fez com que percebesse as lacunas que possuía em relação às discussões mais atuais sobre o ensino de História em curso, além de perceber as potencialidades das ações que venho tentado desenvolver através da EDH em minhas aulas, abrindo assim, novas possibilidades de intervenção na minha prática docente.

Visitar os corredores que nos levam ao palácio da memória é um exercício libertador, pois possibilita observar locais já conhecidos com a utilização de novas lentes, nos permitindo enxergar detalhes que vimos, mas não enxergamos.

Desse modo, sigo buscando reafirmar minha curiosidade em aprender para ensinar, e nesse processo dialógico, lapidando meus saberes acerca das ações dos seres humanos no tempo, viso fortalecer a importância do ensino de História no processo de leitura de mundo.

2. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

“Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem a abertura ao risco e à aventura do espírito” (Freire, 2020, p.68).

O convite à aventura do espírito proposto por Paulo Freire, acima, é o elemento basilar de uma prática educativa comprometida com a transformação. Acredito que a educação tem papel fundamental nesse processo e para tal defendemos a construção de propostas educativas que possibilite uma leitura crítica das ações humanas no tempo.

Assim, com as lentes focadas no presente e ajustadas a partir dos vários ângulos que o passado nos oferece, tenho buscado reafirmar o potencial do conhecimento histórico com um elemento fundamental no processo de formação das identidades cidadãs dos coletivos escolares dos quais atendo.

Para tal realização, acreditamos ser fundamental que o professor de História compreenda as nuances que perpassam as propostas curriculares oficiais atuais, e seja capaz de mobilizar educandos a pensarem criticamente acerca dos papéis sociais que individualmente e coletivamente desempenhamos, visando prevenir “[...] a formação de identidades não razoáveis” (Cerri, 2011, p.112).

Desse modo, escolhi os direitos humanos como fio condutor da minha prática didática, como uma tentativa de adequar-se a essas novas demandas que a educação básica precisa encarar, com o objetivo de potencializar um aprendizado histórico que capacite a partir da orientação temporal os indivíduos a compreenderem o presente e projetar com mais precisão suas atuações sociais.

Em país marcado historicamente pela violação dos direitos fundamentais como o Brasil, é de extrema importância trazer as discussões que perpassam a proposta de uma educação em direitos humanos para o currículo escolar. Defendemos que através da opção da adoção de práticas didáticas que fomentem a promoção de uma cultura em direitos humanos, a escola assume a responsabilidade de educar para a formação da cidadania e contribua para o processo de formação de identidades balizadas pelos princípios democráticos.

A escola é um espaço de socialização da cultura, da construção da cidadania e da emancipação dos sujeitos, exige uma educação que privilegie os processos educativos que tenham como objetivo formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade (Mercado; Neves, 2012, p.205).

Partindo da perspectiva de uma educação que promova a transformação dos indivíduos, temos buscado destacar a função da história escolar como um instrumento potencializador da formação de sujeitos de direitos ativos e comprometidos com as dinâmicas sociais que o tempo vivido denota.

Ao analisarmos as transformações e permanências que perpassam o desenvolvimento da história como disciplina escolar, podemos visualizar os desafios que precisam ser encarados

no sentido de efetivar uma perspectiva de didática da história alinhada com as propostas atuais para o ensino escolar – que aqui está direcionada para a formação das identidades, no desenvolvimento da consciência histórica voltada para os valores democráticos e para a promoção dos direitos humanos.

Em uma realidade cada vez mais marcada por discursos conservadores, negacionistas, pela disseminação de fakes News, pelo crescente ataque as Humanidades, se torna cada vez mais necessário a valorização do conhecimento histórico no processo de construção da cidadania. O ensino história pode contribuir significativamente para o processo de desenvolvimento da consciência histórica dos seres humanos “possibilitando à construção das identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e a praxe individual e coletiva” (Fonseca, 2003, p.89).

[...] A consciência histórica serve como elemento de orientação chave, dando à vida prática um marco e uma matriz temporais, uma concepção do “curso do tempo” que flui através dos assuntos mundanos da vida diária. Essa concepção funciona como um elemento nas intenções que guiam a atividade humana, “nosso curso de ação”. A consciência histórica evoca o passado como um espelho da experiência na qual se reflete a vida presente, e suas características temporais são, do mesmo modo, reveladas (Rüsen, 2010, p.56).

A contribuição para a orientação temporal, para o reconhecimento das noções de historicidade e para o conseqüente desenvolvimento da consciência história dos cidadãos são aspectos fascinantes dos “Domínios de Clio” no que tange a educação escolar, e não podem ser vilipendiados por interesses escusos que buscam através da mentira promover a desinformação em nome de projetos de poder.

Nesse sentido, a disciplina tem um papel de ensinar a refletir e a ler o mundo a partir de uma orientação histórica. Contribui na medida em que ajuda os alunos a entenderem noções como tempo, as permanências, as mudanças, o contexto e, a partir disso, serem capazes de selecionar e criticar as informações do seu dia a dia (Ferreira; Franco, 2013, p.130).

Balizada por essas concepções, nós construímos diálogos entre o ensino de História e as propostas da EDH, buscando lançar novos olhares sobre os conteúdos lecionados, visando construir aprendizagens históricas que venham sedimentar a formação dos estudantes tornando-os capazes de desenvolverem uma leitura de mundo orientada pela defesa dos direitos humanos, vislumbrando a construção de uma sociedade mais democrática, pautada na liberdade, na equidade e no respeito às diferenças.

Acredito que uma “educação em direitos humanos” – em particular, uma “educação histórica em direitos humanos” – seja não apenas importante para o estudante no que diz respeito aos temas trabalhados em sala de aula como também imprescindível para sua formação como sujeito de direitos, ou seja, para a sua afirmação como cidadão,

pois, sem o conhecimento dos seus direitos reconhecidos legalmente pelo Estado, ou sem a consciência crítica que o estimule à lutar por novos direitos legitimamente aceitos pela sociedade, o estudante (na verdade, qualquer indivíduo) dificilmente poderá ultrapassar as barreiras existentes à sua inclusão numa comunidade política (Mondaini, 2010, p. 57).

Nesse sentido, Candau (2007) aponta três dimensões da EDH, que observadas com a devida atenção se coadunam de certa forma com as finalidades do ensino de História:

A primeira diz respeito à formação de sujeitos de direito. A maior parte dos cidadãos latino-americanos tem pouca consciência de que são sujeitos de direito. Esta consciência é muito débil, as pessoas – inclusive por ter a cultura brasileira uma impronta paternalista e autoritária – acham que os direitos são dádivas [...]. Os processos de educação em Direitos Humanos devem começar por favorecer processos de formação de sujeitos de direito, a nível pessoal e coletivo, que articulem as dimensões ética, político-social e as práticas concretas.

Outro elemento fundamental na educação de Direitos Humanos é favorecer o processo de “empoderamento” (“empowerment”), principalmente orientado aos atores sociais que, historicamente, tiveram menos poder na sociedade, ou seja, menos capacidade de influírem nas decisões e nos processos coletivos. O “empoderamento” começa por liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social. O “empoderamento” começa por liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social. O “empoderamento” tem também, uma dimensão coletiva, trabalha com grupos sociais minoritários, discriminados, marginalizados, etc, favorecendo sua organização e participação ativa na sociedade civil.

O terceiro elemento diz respeito aos processos de mudança, de transformação, necessários para a construção de sociedades verdadeiramente democráticas e humanas. Um dos componentes fundamentais destes processos se relaciona a “educar para o nunca mais”, para resgatar a memória histórica, romper a cultura do silêncio e da impunidade que ainda está muito presente em nossos países. Somente assim, é possível construir a identidade de um povo, na pluralidade de suas etnias e culturas (p.404-405).

A opção pela EDH como um eixo balizador para o ensino de História foi uma forma de fortalecer o sentido de transmissão e formação de valores dos estudantes que são inerentes a disciplina, e um caminho alternativo que tenho buscado na tentativa de ir além dos currículos oficiais que alijam de sentido muitas vezes o conhecimento histórico, esvaziando a importância da História para a vida prática e assim excluindo os estudantes se reconhecerem como sujeitos históricos e de direitos.

Entre reduzir as crianças e os adolescentes a mercadorias treináveis a empregabilidade ou reconhecê-los como sujeitos de direitos há um ganho incalculável de qualidade humana e política. Ganho que eleva a pedagogia, à docência, a escola a um patamar novo de qualidade. A qualidade da escola se mede pelos avanços em sua configuração como espaço público de garantia de direitos (Arroyo, 2013, p. 181).

Existe no Brasil toda uma mobilização histórica que reivindica essa concepção de educação como uma via para tentar diminuir as fissuras que compõem a realidade de desigualdades enfrentada por diversos segmentos sociais. A proposta de uma educação em

direitos humanos emerge das lutas dos movimentos sociais, de grupos de intelectuais, de juristas, durante a implantação das ditaduras militares na segunda metade do século passado.

[...] no período prévio a ditadura militar, o tema dos direitos humanos não fazia parte da pauta de debates políticos, nem de programas educacionais, ficando reduzido aos currículos jurídicos. Foi durante a ditadura militar que o tema dos direitos humanos ganhou espaço de destaque.

A repressão da ditadura militar permitiu que fosse conquistado espaço para o tema dos direitos humanos, mesmo nos órgãos de imprensa conservadores (Sader, 2007, p.81).

Na esteira das transformações históricas inauguradas pela ditadura militar, a inserção da discussão da importância dos direitos fundamentais por vários setores da sociedade representou um grande passo na luta contra a violação de direitos humanos no Brasil.

A sociedade brasileira vem revelando, nas últimas décadas, o crescimento de novas forças sociais, nascida da luta contra a ditadura militar implantada no Brasil em 1964 e influenciada pelo consenso mundial de que os direitos humanos devem ser princípios fundamentais de uma sociedade livre, harmônica e justa (Dallari, 2007, p.29).

A luta de movimentos sociais e de parte da sociedade civil pela efetivação dos direitos humanos para todos/as ficou registrada na promulgação da Constituição de 1988, e acabou gerando espaços para a construção de propostas de reparação histórica defendida por diversos grupos sociais e para a construção de um país com menos desigualdades.

As transformações produzidas na década de 1990 no âmbito jurídico se estenderam à legislação educacional brasileira, e iniciou-se um processo de redirecionamento das políticas públicas na área da educação e na legislação educacional (criação da LDB, PCNS...). Nesse contexto, foram sendo gestados os fundamentos básicos que viriam constituir o Plano Nacional de Educação em Direitos humanos (PNEDH) que foi lançado em 2006, e representou um marco importante para a elaboração de um programa educacional nacional orientado para a promoção da cultura dos direitos humanos.

A Base Nacional Comum Curricular (2017) traz logo no início do texto a menção aos direitos humanos nas Competências Gerais da Educação Básica. Mesmo que de forma genérica a BNCC menciona a relevância dos direitos humanos para a formação dos alunos da educação básica:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2017, p.10).

Educar com base nos fundamentos e métodos da EDH consiste em potencializar a função social e a missão da escola - que aqui entendemos ser a de construir processos de ensino e aprendizagem que viabilizem o desenvolvimento cognitivo e a formação cidadã. O ensino de história tem papel central nesse cenário, pois tem historicamente sido utilizado como um dos eixos norteadores da construção da identidade nacional. Desse modo, a história escolar no século XXI está diretamente ligada a formação para a cidadania na sua concepção atual - aqui centrada na diversidade, na equidade e na valorização dos direitos humanos.

A compreensão da historicidade dos direitos humanos, dos seus limites e de suas potencialidades pode possibilitar uma nova leitura da realidade, construir pontes para a superação dos abismos que distinguem grupos humanos, que categorizam o acesso a direitos fundamentais e que inviabilizam a efetivação desses direitos para todos/as.

Defendemos que é a partir do diálogo intercultural, da organização e do posicionamento dos grupos marginalizados, possa ser possível construir uma nova sociabilidade, que tenha como premissas os valores democráticos, a cidadania ativa e a promoção e valorização dos direitos humanos.

No cenário atual, onde a educação pública é sistematicamente atacada (Escola Sem Partido)⁷ onde os educadores são bombardeados pela gama de informações e questionamentos que mídia, pais, alunos, secretarias de educação lançam sobre nossa relevância e sobre o papel das humanidades na formação dos estudantes, acredito que uma educação pautada nos direitos humanos possa contribuir para responder a essas provocações de forma a contribuir para o fortalecimento do nosso papel de educadores e para o enfrentamento das demandas que afetam nosso tempo.

Acreditamos que a partir de processos educativos que elevem a conscientização dos educandos acerca das estruturas que organizam a realidade, possamos contribuir para a construção de uma educação que fomente novas mentalidades em relação as condutas sociais, culturais, econômicas, históricas que insistem em inviabilizar que os direitos fundamentais sejam efetivados para os vários grupos que compõem a sociedade.

No Brasil, nós precisamos construir itinerários alternativos frente aos aspectos de nossa história, marcada pela negação da alteridade, caracterizada pelo apagamento seja por meio da violência e/ou do silenciamento histórico de grupos sociais (indígenas, negros, mulheres, camponeses...). Assim, faz-se necessário e urgente urdir a construção de projetos educativos que formem estudantes capazes de compreenderem o sentido da historicidade do tempo vivido.

⁷ O projeto visa estabelecer regras para o professor sobre o que ele pode ou não falar dentro da sala de aula, para se “evitar” uma possível doutrinação ideológica e política.

[...] Quando os seres humanos se defrontam com a dramaticidade de seu tempo, se propõem a si mesmos como problema e descobrem que pouco sabem de si são incitados a entender-se, a entender a dramaticidade de seu tempo. São aos tempos mais fecundos na história de todas as ciências, da cultura e do conhecimento. De todas as pedagogias emancipadoras (Arroyo, 2013, p.284-285).

A Educação em Direitos Humanos, assim como a efetivação da maioria dos direitos humanos no Brasil, permanece em vários aspectos no campo dos discursos, nas disputas de narrativas, nas normativas, mas longe de uma concretização na realidade da grande maioria dos cidadãos. A proposta de uma educação em Direitos Humanos visa construir um cenário educacional que atenda as demandas e pavimentem de sentido o tempo vivido.

Esse processo educativo deve, ainda, visar à formação do cidadão participante, crítico, responsável e comprometido com a mudança daquelas práticas e condições da sociedade que violam e negam os direitos humanos. Mais ainda, deve visar à formação de personalidades autônomas, intelectual e afetivamente, sujeitos de deveres e de direitos, capazes de julgar, escolher, tomar decisões, serem responsáveis e prontos para exigirem que, não apenas seus direitos, mas também os direitos dos outros sejam respeitados e cumpridos (Benevides, 2007, p.347).

A escola como um espaço onde as relações sociais são reproduzidas não pode se furtar ao debate acerca da importância das garantias fundamentais para que todos os indivíduos tenham sua dignidade humana respeitada. No caso da escola pública com sua vocação natural para acolher os grupos mais vulneráveis e mais diversificados da sociedade, essa condição deve ser eixo central de toda organização institucional.

A escola é um espaço de socialização da cultura, da construção da cidadania e da emancipação dos sujeitos, exige uma educação que privilegie os processos educativos que tenham como objetivo formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade. Uma educação que não discrimina, que promova o diálogo, a solidariedade, o respeito mútuo, a tolerância, a autonomia e a emancipação dos sujeitos envolvidos (Mercado; Neves, 2012, p. 204- 205).

Nesse cenário, a EDH se apresenta como uma proposta coerente para atender a função socializadora da escola e pode se transformar numa possibilidade pedagógica viável para a transformação curricular da educação formal brasileira no que tange à formação para o exercício da cidadania.

Ao inserir a temática dos direitos humanos como fio condutor para a pavimentação curricular escolar e como elemento basilar para os estudos históricos, buscamos como define Arroyo:

Retomar com centralidade em nossas didáticas e nos currículos as experiências sociais extremas vividas no presente dos educandos e educadores e comunidades é fertilizar a velhas raízes, chegar a elas no presente para redundá-las e enxertá-las com as novas indagações, sentidos e sem sentidos que vêm das velhas-novas vivências sociais

extremas. Conhecimentos recriados, desafiados pelas novas vivências no presente dos educandos e sua imersão nas experiências sociais extremas (2013, p. 286).

A EDH apresenta-se, desde as suas discussões iniciais no Brasil, como uma proposta curricular que visa construir caminhos pedagógicos que fomentem uma educação efetivamente libertadora, pautada nos valores da dignidade humana e da cidadania plena.

Formar sujeitos e atores sociais promotores de uma cidadania ativa e crítica e promover processos de empoderamento de grupos sociais, principalmente dos excluídos de cidadania, são exigências ineludíveis, para os direitos humanos se afirmarem em nossa sociedade (Candau; Sacavino, 2003, p.7-8).

A escola é sem dúvida um local privilegiado para disseminar as questões que perpassam as discussões em torno da promoção e defesa dos direitos humanos, pois é no âmbito escolar que as relações e tensões sociais são reproduzidas, e podem/devem ser ressignificadas.

Compete a escola implementar e desenvolver uma pedagogia participativa e democrática, fundada na dialogicidade e na historicidade do ser humano, que inclua conteúdos, procedimentos, valores, atitudes e comportamentos orientados para a compreensão, promoção e defesa dos direitos humanos, bem como para a sua reparação em caso de violação dos direitos humanos (Mercado; Neves, 2012, p. 207).

Assim, para a consolidação da prática educacional em direitos humanos é fundamental que os processos educativos sejam perpassados pela transversalidade das questões que englobam os direitos humanos.

Essa perspectiva supõe a realização de processos formativos que exigem uma série de atividades articuladas e desenvolvidas em um determinado período de tempo, através das diferentes áreas curriculares. No contexto da educação escolar a EDH não pode ser setorizada, transformada em uma disciplina ou ser de responsabilidade de determinadas áreas curriculares, como as ciências sociais ou as atividades e projetos extra-classe, integrando a EDH nos projetos políticos pedagógicos das escolas e concebê-la como um eixo transversal que afeta todo o currículo (Mercado; Neves, 2012, p.211).

Partindo desse pressuposto, as práticas curriculares da EDH podem possibilitar a inserção efetiva dos sujeitos sociais no currículo, abrindo espaço para os coletivos populares que possuem uma ausência histórica nos currículos - mas gradativamente estão galgando seus espaços na disputa do território do currículo escolar e redesenhando um novo pacto social nacional. Sobre o papel dos currículos no contexto atual:

Nas sociedades latino-americanas e naquelas que se libertaram de estruturas de colonização, assim como nos coletivos que lutam por direitos humanos, tornou-se um dos campos de luta a recuperação, afirmação e legitimação de suas memórias e de suas vivências do tempo [...]. O currículo deve ser espaço de debate público, de trato igualitário da memória, de reescrita e narrativa de histórias-memórias segregadas e

inferiorizadas em nome de uma história-memória única, de uma interpretação única do tempo a ser ensinada e aprendida como verdadeira (Arroyo, 2013, p. 325).

Num cenário social, cultural e econômico que traz as insígnias do processo colonial como no caso brasileiro - marcado pela negação da alteridade, pela eliminação do diferente e que acabou naturalizando no imaginário social, injustificáveis diferenciações sociais - a educação deve fornecer práticas pedagógicas que visem criar uma cultura de respeito à dignidade humana, a valorização da diversidade e promover a formação de sujeitos de direito aptos a lutar pela transformação social, ainda muito afetada por esse passado tão presente em nossas estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas

Nesse contexto, desenvolver uma cultura dos direitos humanos se faz cada vez mais urgente como um dos eixos fundamentais para a construção democrática. Trata-se de afetar mentalidades, atitudes, processos e práticas sociais. Exige articular o institucional e o simbólico, o político e cultural, o estrutural e o existencial, igualdade e diversidade (Candau; Sacavino, 2003, p.7).

Diante dos inúmeros desafios que perpassam a construção de um ensino de História para a cidadania, a formação de sujeitos de direitos capazes de atuarem como protagonista sem dúvida, é um dos pontos onde o ensino de História e a EDH se coadunam. Tendo em vista que a educação em direitos humanos tem três eixos fundamentais que também são caros à História: [...] “[...] educação para o “nunca mais”, que desenvolva processos orientados à formação de sujeitos de direitos e atores sociais e que promova o empoderamento individual e coletivo, especialmente dos grupos sociais desfavorecidos” (Sacavino, 2003, p.43-44).

Como afirma Guimarães (2016, p. 102-103),

Ensinar história, promovendo a formação cidadã, demanda de nós, professores de história, atualização permanente em relação aos saberes, às metodologias e às práticas de ensino. [...] O professor deve ter liberdade e ousadia para criar, estimular o gosto, o sentido, o prazer de estudar história. As contribuições do ensino de história para a educação cidadã dos jovens dependem da nossa postura ética (dos educadores) diante dos sujeitos, dos saberes históricos, da sociedade e do mundo. É nossa tarefa cidadã trabalhar para que a escola possa, de fato, desempenhar seu papel de socialização, de inclusão e respeito às diferenças, de produção e apropriação de saberes, reflexão e exercício dos direitos de cidadania!

A EDH o ensino de História escolar comprometido com os valores democráticos, visam pavimentar a construção de mentalidades que levem à formação de atores sociais capazes de serem protagonista de uma nova sociabilidade. Acreditamos que a partir da elaboração de ações educativas que potencializem o diálogo com as demandas que perpassam o tempo vivido e que enfatizem a importância da participação consciente dos indivíduos nos processos históricos, possamos tornar o processo de escolarização (de forma interdisciplinar) efetivamente fundamental para o estabelecimento de novos quadros sociais, políticos e culturais.

2.1 O Ensino de História e as demandas do tempo presente

“Educamos para transformar o que sabemos, não para transmitir o já sabido. Se alguma coisa nos anima a educar é a possibilidade de que esse ato de educação, essa experiência em gestos, nos permita liberar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos, para ser outra coisa para além do que vimos sendo” (Larrosa; Kohan, 2016, p.7).

Para nós que concebemos a educação como elemento de transformação, que vislumbrando a formação de indivíduos capazes de compreenderem seu papel no mundo e as complexas relações que configuram o tecido social que nos cerca, as palavras dos autores supracitados materializam o sentimento que nos move a seguir lutando nas trincheiras escolares, e em especial na rede pública.

A multiplicidade de informações que marcam em todos os aspectos a nossa experiência contemporânea, denota o cenário mundial que vem sendo construído desde meados do século XX, “marcado pela desestabilização de pressupostos do paradigma eurocêntrico/civilizado e por uma abertura a diferença (Silva, 2017, p.119).

O conhecimento histórico também foi alvo dessas mudanças e transformações que vêm sendo produzidas.

As mudanças ocorridas no mundo ao final do último milênio, além de terem reconfigurado as relações de poder no plano internacional, de redefinirem padrões de gestão de economia e de incluírem expressões de multiplicidade sociais e culturais, também afetaram o campo do conhecimento. [...]

Esses movimentos de transformações do mundo acoplados a outras tensões da pós modernidade vieram acompanhados de uma busca ansiosa, por referências sólidas, que inclui, também, novas formas de apropriações e usos do passado (Delgado; Ferreira, *op. cit.*, 2013, p.25).

Diante dessa pluralidade de narrativas e concepções que caracterizam os nossos dias, o conhecimento histórico é cada vez mais necessário, tendo em vista, que em sociedades marcadas por desigualdades sociais como é o caso do Brasil, os usos sociais da história podem contribuir para a construção de uma cultura histórica que vise a superação de problemáticas que afetam a nossa experiência temporal.

As intensas transformações que caracterizam a renovação e a ampliação das fronteiras da historiografia no século XX, a partir da importante contribuição da Escola do Annales, impulsionaram a construção de novas propostas curriculares para o ensino de História. A disciplina escolar seguindo a tendência acadêmica, ampliou seus quadros temáticos inserindo nos processos educativos a construção de novas narrativas e a inserção de novas perspectivas a

cultura escolar, abrindo espaço no currículo para questões sociais e grupos que historicamente foram negligenciados pela historiografia.

[...] Pesquisas confirmam que o currículo é campo de criação simbólica e cultural, permeado de conflitos e contradições, de constituição híbrida, com diferentes instâncias de realização: currículo formal, real, oculto. [...]

Essas novas perspectivas permitem avançar em relação aos estudos e análises que, ao não reconhecerem a especificidade da cultura escolar, buscavam a melhoria através da aproximação com o conhecimento científico (Monteiro, 2005 *apud* Ferreira; Franco, 2019, p.134).

Nesse cenário marcado por transformações constantes e ininterruptas que caracterizam a vida contemporânea, os profissionais que servem à História tentam traçar itinerários variados tanto do ponto de vista acadêmico como do ensino escolar, visando fortalecer cada vez mais a compreensão das ações humanas no tempo. Desse modo, historiadores e professores de história buscamos, olhando para as questões do tempo presente, possibilitar a formação cidadã dos indivíduos considerando às dimensões e particularidades que perpassam o contexto histórico vivido.

Estamos assistindo, na sociedade moderna, à crise dos modelos: a crise do modelo de Estado, do emprego, da família, enfim, a crise do homem moderno. Diante de tantos desafios o nosso papel, enquanto educadores, é auxiliar os jovens a compreender melhor esse mundo repleto de tantas variáveis (Theodoro, 2020, p. 50-51).

Nós professores/as de História da educação básica lidamos na atualidade com uma gama de desafios cotidianos para alinharmos nossas propostas pedagógicas com as finalidades do ensino de história - aqui concebido como um elemento fundamental no processo de formação das identidades e essencial para o desenvolvimento da criticidade em relação as questões que movem a vida. Alguns desses desafios não são inéditos (negacionismos, revisionismos...) mas ganharam uma dimensão maior que em outros tempos graças ao advento tecnológico, obrigando-nos a constantes deslocamentos frente às inúmeras narrativas que emergem nesse contexto de excesso de informação que marcam nosso tempo.

No contexto histórico contemporâneo, acreditamos que os educadores necessitam criar alternativas frente a esse cenário de profusão exacerbado de informações, onde muitas vezes as temáticas apresentam-se sem conexão com a realidade, e investir na produção de um conhecimento histórico que faça sentido para uma geração marcada pelas constantes transformações.

Assim a escola deve buscar viabilizar, socializar e sistematizar os conhecimentos do aluno, ampliando suas potencialidades de manejo e aquisição do saber elaborado, possibilitando o estabelecimento da relação entre as estruturas econômicas, políticas e culturais da sociedade em que está inserido (Brodbrcke, 2012, p.18).

As multiplicidades de narrativas que compõem a experiência dos seres humanos no tempo presente exigem cada vez mais recursos dos profissionais da História. Os embates que envolvem a história escolar precisam ser bem depurados visando construir uma didática da História que viabilize aprendizagens que promovam a aquisição de conceitos fundamentais para a vida prática dos estudantes.

Sobre a história escolar:

[...] Podemos concordar que a história escolar tem a função de orientação no tempo, mas ela não está sozinha nesse papel: ao existir, ao decidir, ao agir todo ser humano necessita construir e colocar em funcionamento sua consciência histórica. Não se espera pela escola para ter orientação temporal.

[...] No que se refere à identidade social, sua função – de interesse público – é prevenir a formação de identidades não razoáveis. No que se refere à contribuição para a vida do sujeito, sua função é alargar horizontes e permitir a ascensão de formas mais complexas de pensamento, além de preparar a “autodefesa intelectual” [...]. Além disso, deve contribuir para que os futuros cidadãos não fiquem presos no “presente contínuo”, que acabará por ter características entrópicas ou destrutivas para a sociedade (Cerri, 2011, p.112-113, aspas do autor).

Diante das variadas funções que a história escolar possui, podemos constatar a complexidade que é ensinar a pensar historicamente. Nesse sentido, Freitas (2016, p.8-9) alerta:

Apresentar conhecimento não encerra, entretanto, a tarefa da didática da história. Aliás, apresentar conhecimentos significa, não somente por os alunos em contato – via narrativa escrita ou oral – com a gramática da vida política. Aprender história significa conhecer e também desenvolver essas noções em outras noções, e em situações cada vez mais complexas.

A gama de narrativas e de sujeitos que constroem os enredos da vida na pós modernidade (marcada por seus constantes deslocamentos, assimetrias, fissuras...), são um desafio para os profissionais da História.

As múltiplas narrativas acerca do passado recente participam em combates simbólicos, do que se chama de “lutas pela memória” isto é, distintos grupos sociais têm leituras e convicções diferentes acerca da história, “distintas memórias” que se confrontam, explícita ou implicitamente, em diferentes cenários; há, além disso, algumas memórias que predominam sobre outras, razão pela qual muitas vezes as aproximações e as formas como se evoca o passado doloroso se efetuam por uma aproximação moral, que anula ou dificulta a crítica (Funes; Jara, 2016, p. 182).

Na sociedade da informação a escola tem seu papel de construtora de significados cada vez mais reafirmado. Nesse bojo de disputas de narrativas e interesses o ensino de história constitui elemento fundamental nessa arena simbólica, e mais do que nunca, nós professores/as de história precisamos reafirmar a função social e educacional da disciplina escolar.

Diante desse cenário complexo, “[...] a história permite afinal compreender que todas as coisas estão sempre vinculadas a contextos, e só são compreendidas se os contextos em que

surtem e se desenvolvem são esmiuçados” (Cerri, 2011, p. 65). Partindo desse reconhecimento genérico das possibilidades que o pensar historicamente pode gerar nos sujeitos, enfatizamos a relevância do ensino de história para o processo de transformação da consciência histórica dos educandos a partir do diálogo permanente com a realidade imediata.

Diante de um pensamento multiculturalista que se ergue cada dia mais forte, nós profissionais da história precisamos estar abertos a pavimentar nossas aulas de história com elementos que consigam atender as reivindicações de grupos historicamente subalternizados pela historiografia e pela dominação cultural produzida pelo modelo capitalista, para que possamos contribuir para a construção de aprendizagens históricas alinhadas com a concepção de cidadania que se configura no século XXI.

Nós professores, desempenhamos papéis importantes nos diferentes espaços educativos, nos quais é possível desconstruir discursos antidemocráticos, monoculturais, difusores de estereótipos e preconceitos de classe, raça, religião etc (Silva; Guimarães, 2012, p. 48).

A renovação e a ampliação promovida na historiografia pela Nova História Cultural propiciaram conseqüentemente uma abertura nas fronteiras curriculares, permitindo um fluxo de novos prismas sobre as representações das ações humanas no tempo. “O olhar de Clio mudou e voltou-se para outras questões e problemas, para outros campos e temas (Pesavento, 2005, p. 15).

A partir desse cenário de mudanças que desenrolaram no século passado, a História do Tempo Presente emerge e após passar por inúmeros questionamentos, se consolida como importante seguimento historiográfico. A busca por respostas para explicar a velocidade que impulsiona e caracteriza as transformações do tempo vivido configuram um cenário cada vez mais desafiador para os profissionais da História.

Como afirma Maynard, (2013, p. 161),

Assim, conseqüentemente, como se estivéssemos em acampamentos no meio do deserto, devemos dialogar sobre a época em que vivemos. [...]Devemos estar preparados para levantar as lonas, arrastar as bagagens para lugares de segurança temporária, pois a tempestades não tardam. Os portos fixos se foram. Nosso conhecimento será sempre incompleto, fragmentário. [...] O tempo presente e os fios quebradiços da memória dos quais ele é feito exigem reflexão.

O reencontro da história com a memória, a amplitude das fontes, – muito impulsionados pela HTP –, facultou o estabelecimento de novos instrumentos de análise das diversas composições e dimensões que constituem a vida contemporânea. Esse campo do fazer histórico fortaleceu ainda mais a posição de relevância do ensino de história no que tange ao desenvolvimento de uma visão crítica das realidades que envolvem e circundam os grupos

sociais. A história do presente é feita de moradas provisórias. [...] E neste território, o conhecimento, retomado como objeto científico, pode converter-se em importante lugar para a reflexão sobre as mutações sociais (Maynard, 2013, p.166-1167).

A necessidade de entender esse emaranhado de visões e conexões que caracterizam as relações humanas na contemporaneidade, seguem desafiando os operários de Clio. Ao refletir sobre esses desafios, Maynard (2013, p. 169) afirma: [...] “a história do tempo presente é campo inacabado, formado de recortes, em contínuo refazer. Mas é nesta busca incessante que reside a beleza do nosso trabalho. Através dessa caçada, buscamos entender a vida dos homens no tempo”.

As mudanças ocorridas no mundo ao final do último milênio, além de terem reconfigurado as relações de poder no plano internacional, de redefinirem padrões de gestão da economia e de incluírem expressões de multidisciplinaridade sociais e culturais, também afetaram o campo do conhecimento. [...] Esses movimentos de transformação do mundo acoplados a outras tensões da pós-modernidade vieram acompanhados de uma busca ansiosa por referências sólidas que inclui, também, novas formas de uso e apropriações e usos do passado (Delgado; Ferreira, 2013, p.25).

O conhecimento dos mecanismos de criação e dos significados dos símbolos das representações é importante para o ensino de História, sobretudo as que se referem ao indivíduo e à sociedade no tempo, bem como do tempo em si, em suas expressões (Cerri, 2011, p.113). Em outras palavras, são as questões do presente que devem nortear as escolhas que conduzem à aprendizagem histórica, pois as narrativas precisam ser elaboradas a partir dos fios que compõem o tecido social, para que tragam sentido para os indivíduos.

É partindo dessa premissa que buscamos reafirmar a importância de uma educação histórica em direitos humanos. Pois, não podemos conceber uma educação nos dias atuais que não seja pautada na valorização da dignidade humana.

3. DIREITOS HUMANOS NAS AULAS DE HISTÓRIA: UMA PERSPECTIVA SOBRE CIDADANIA

O ensino de História vem ao longo de sua implementação como disciplina escolar no Brasil passado por intensas transformações em termos de propostas curriculares. Assim, levados pela busca novas leituras de temas já consagrados, pela introdução de novos temas, buscamos atender as orientações inerentes as ciências humanas propostas pela BNCC que visa a valorização dos direitos humanos e da formação cidadã frente as demandas do mundo contemporâneo.

As competências específicas de ciências humanas da BNCC deixam claros os itinerários que devemos percorrer no Ensino Fundamental:

1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.
2. Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço. Ou seja, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.

3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.
4. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas. Ou seja, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
5. Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.
6. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental. Além disso, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
7. Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão (Brasil, 2017, p. 355).

Desse modo, balizados pelas concepções que orientam a educação básica temos buscado construir roteiros didáticos que atendam as finalidades do ensino de história. Considerando a diversidade e a pluralidade da realidade brasileira, não pretendemos com essas indicações limitar a criatividade e a capacidade de cada educador, mas antes, partilhar reflexões e experiências sobre o ensino de História” (Karnal, 2020, p.11).

Nesse processo, em eterna construção, em que o conhecimento escolar se constitui, buscamos navegar nas águas movimentadas da História do Tempo Presente. E lavando-se em conta a quantidade de informações produzidas precisamos constantemente possibilitar e desenvolver leituras críticas sobre esses processos e acontecimentos em curso, tanto entre nós professores/as quanto entre os estudantes. O tempo presente e os fios quebradiços dos quais ele é feito exigem reflexão (Maynard, 2013, p.161).

A inserção dos direitos humanos como mola propulsora da aprendizagem histórica se configura como uma resposta as atuais demandas da sociedade. É uma possibilidade de leitura de mundo, diante da complexidade inerente a nosso tempo.

[...]O saber sobre o tempo permite a navegação segundo o “mapa” de significados que a reflexão sobre o tempo ajudou a dar aos elementos que fazem parte de nosso “entorno cronológico”.

[...] De posse dos rudimentos do método histórico, a leitura de mundo que o sujeito faz é muito mais clara e autônoma (Cerri, 2011, p.65).

Nesse sentido, devemos fortalecer as potencialidades inerente ao conhecimento histórico escolar, tendo vista que,

A aprendizagem escolar da história é sobretudo, aprendizagem da identidade coletiva mais ampla [...]

Identidade e cidadania são, hoje, multidimensionais. Fatores como etnia, gênero, opção sexual, religião, e regionalismo interferem fortemente na constituição da identidade dos indivíduos e alternam-se, juntamente com a identidade política ou cidadania, no topo da hierarquia variável de pertencimentos que caracterizam o sujeito pós-moderno (Cerri, 2011, p. 121).

Diante desse complexo cenário que circunda a realidade imediata, dos aos elementos que configuram os indivíduos do nosso tempo, e levando em conta o protagonismo cada vez maior da escola na formação das identidades,

[...] O professor deve ter a liberdade e ousadia para criar, estimular o gosto, o sentido, o prazer de estudar história. As contribuições do ensino de história para a educação cidadã dos jovens dependem da nossa postura ética (dos educadores) diante dos sujeitos, dos saberes históricos, da sociedade e do mundo. É nossa tarefa cidadã trabalhar para que a escola possa de fato, desempenhar seu papel de socialização, de inclusão e respeito às diferenças, de produção e apropriação de saberes, reflexão e exercício dos direitos de cidadania (Guimarães, *op. cit.*, 2016, p.103)!

Por tudo isso, a construção de um caderno didático sobre temas relativos aos direitos humanos para professores/as significa poder mobilizar as discussões inerentes as demandas do tempo vivido, é construir possibilidades com as lentes da história voltadas para o que move a engrenagem da história e que fortalecem o conhecimento histórico disciplina escolar.

O enlace entre a concepções da EDH e o ensino de história tem o intuito de fortalecer o papel da cidadania na formação dos indivíduos. Ao discutirmos os conteúdos à luz da evolução histórica dos direitos humanos, ofertamos instrumentos aos nossos alunos para a ação social efetiva. A cidadania está aqui explicitamente voltada para a presença no mundo e para o devir. É praticando a cidadania que cada um se torna cidadão (Audigier, 2016, p.33)!

3.1 Caderno Didático com sequencias didáticas sobre Ensino de História e os direitos humanos

O Caderno didático, que elaboramos para os professores/as dos anos finais do Ensino Fundamental, é uma seleção de exemplos de temáticas (Direitos Humanos, Cidadania, Violência contra as mulheres, racismo) que podem aliadas aos conteúdos substantivos potencializar o ensino de história no que tange a formação cidadã.

A escolha por sequências didáticas foi pensada no sentido de contribuir com os docentes na elaboração de propostas didáticas que consideramos essenciais na atualidade para as finalidades da História escolar, pois impulsiona o estudante a questionar a realidade imediata e

nos ajuda a desenvolver “no/com o aluno as habilidades de observar, interpretar, compreender e pensar” (Freitas; Dias, 2022, p. 273).

Desse modo, considerando que precisamos ampliar o leque de opções em termos de materiais didáticos que tratem dessas temáticas supracitadas buscamos elaborar um material que possa impulsionar esses e outros temas que potencializem a aprendizagem dos estudantes no que se refere a formação para a cidadania.

A definição de Freitas (2022) ilustra com precisão nossa concepção sobre as sequências didáticas:

[...] sequência didática é uma representação espaço temporal, e é uma previsão teórica e explicitamente orientada. Ela projeta o que deve acontecer com o comportamento do docente e, sobretudo, o comportamento do discente dentro de determinada lógica de aprendizagem, a partir de determinada expectativa de aprendizagem [...] (Freitas, 2022, p. 17).

Nesse sentido, buscamos sistematizar algumas experiências realizadas nas nossas aulas a partir de sequências didáticas, balizadas pelas diretrizes que orientam a educação básica (BNCC) e os fundamentos e métodos da EDH, pois encontramos nessas propostas pontos de intersecção que podem ajudar os colegas na discussão das temáticas em suas aulas e aos discentes a compreenderem as facetas da realidade.

Educar na perspectiva dos Direitos Humanos significa abrir espaço democrático para dialogar entre ações e representações visando resguardar valores que garantem e preservam a dignidade, a igualdade, o respeito, a solidariedade, a liberdade e a paz da pessoa humana (Bastiabi; Pinto, 2012, p.272).

Ao optar por essas estratégias didáticas acreditamos que possamos envolver nossas ações didáticas em um contexto social mais amplo, e impregnar nossas ações educativas de sentidos práticos, balizadas pela construção coletiva dos saberes e pela historicidade. Desse modo, nós operários de Clio podemos apresentar o nosso vasto repertório, contribuindo assim para que a escola cumpra seu papel de socialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é a sistematização de um estudo que vem sendo produzido a partir de minhas experiências docentes. Os conceitos, métodos e fundamentos escolhidos nas abordagens sobre o ensino de História e acerca da EDH foram utilizados com a perspectiva de ampliar as discussões acerca das possibilidades que o ensino de história em direitos humanos pode gerar, no que tange a função de socialização da escola e na construção da identidade cidadã de nossos estudantes.

Os conceitos de cidadania, consciência histórica e formação de sujeito de direitos balizam do ponto de vista geral nossas propostas didáticas e representam um convite aos educadores a pensarem a respeito da ampliação desses debates nas instituições escolares.

Assim, focalizando nosso entorno e nas problemáticas que configuram as engrenagens que movimentam nosso tempo, e que alimentam o ensino de história de sentido, podemos, baseados nas experiências que são construídas no cotidiano escolar, constatar que ainda precisamos avançar muito no que se refere ao papel socializador da escola.

Os exemplos elencados nas sequências didáticas apresentadas por nós visam, de forma geral, apontar aspectos da realidade que podem ser abordados na perspectiva da EDH. Acreditamos que nós professores da educação básica podemos ressignificar nossas ações propondo a construção de práticas didáticas e pedagógicas que contribuam para a formação de cidadãos aptos a atuarem na realidade imediata, respaldados nas concepções que sustentam a cidadania nos dias atuais.

A nossa expectativa é que orientados pelas diretrizes que norteiam os vários níveis da educação no Brasil, possamos potencializar os currículos de sentidos práticos, para que nossos estudantes possam atuar na sociedade compreendendo as conjunturas que alicerçam as várias narrativas que tentam explicar as alternativas que tentam explicar a aventura humana.

A escola ganha a cada ano maior protagonismo na formação das identidades dos jovens. Nesse sentido, nossas responsabilidades adquirem outras dimensões. Essa nova realidade, também, precisa ser analisada por nós na hora de elaborar nossas práticas didáticas.

Ao tecer nossas práticas docentes com os fios da realidade, escolhemos impulsionar o sentido social da história escolar e assumimos deliberadamente o papel de produtores de conhecimentos, abrindo assim espaço para novos saberes, diminuindo o abismo persistente entre a pesquisa e o ensino de História, entre a Historiografia e a Didática.

O conhecimento histórico no contexto atual, onde a quantidade de informações que circulam é imensurável, pode tornar-se um importante aliado no processo de leitura de mundo, e nós professores/as de História podemos com a devida preparação contribuir para a instrumentalização dos indivíduos, para reflitam sobre as narrativas que são produzidas no cotidiano para que possam intervir na construção de sociedades mais justas.

Contudo, mesmo reconhecendo as limitações e as potencialidades que o ensino de História e os direitos humanos apresentam, é necessário que assumamos o compromisso ético em defesa dessas áreas para a efetivação dos valores democráticos em nosso país. O direito ao conhecimento histórico e as garantias fundamentais para uma vida digna não podem ser postergados ou mesmo terem sua importância simplesmente negada, ou distorcida. Cabe à escola no atual contexto, elevar pontes para que todos/as possam cruzar as fronteiras do conhecimento que leva a formação para a cidadania, e a nós educadores orientarmos nossos jovens para que não saiam dos muros das instituições de ensino sem saber o básico para lutarem por seus direitos.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2013.
- AUDIGIER, François. História escolar, formação da cidadania e pesquisas didáticas. IN. GUIMARÃES (Org.), Selva. **Ensino de história e cidadania**. Campinas, SP: Papirus, 2016.
- BENEVIDES, Maria Victoria. Direitos Humanos: desafios para o século XXI. IN. SILVEIRA, Maria Godoy. *et al.* **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRODBECK, Marta de Souza Lima. **Vivenciando a história: metodologia de ensino da história**. – Curitiba: Base Editorial, 2012.
- CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. IN. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, *et al.* **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teóricos- metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- DEMO, Pedro. **Pensando e fazendo educação: inovações e experiências educacionais**. Brasília: Liber Livros, 2011, p. 43.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Aprendendo História: reflexões e ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FEUSP. **Escola sem partido**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www4.fe.usp.br/escola-sem-partido> . Acesso em: 23 ago. de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 64ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREITAS, Itamar e DIAS, Margarida. **Sequências Didáticas para o ensino de história**. Ananindeua, PA: Cabana, 2022.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História: **Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus 2003.

FUNES, Alicia Graciela e JARA, Miguel Ángel. Formar cidadania por meio do ensino de História na Argentina. IN. GUIMARÃES, Selva (Org.). **Ensino de história e cidadania**. Campinas, SP: Papirus, 2016.

GUIMARÃES, Selva (Org.). **Ensino de história e cidadania**. Campinas, SP: Papirus, 2016.

IBGE. Estrela de Alagoas, 2021-2024. **Portal de notícias do município Estrela de Alagoas**. Disponível em: <http://estreladealagoas.al.gov.br/> Acesso: 16/03/2022.

KARNAL, Leandro (Org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6.ed, 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

MAYNARD, Dilton. História em Horas Extremas: anotações sobre o tempo presente. IN: MAYNARD, Dilton Cândido Santos & MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **Visões do Mundo Contemporâneo**. São Paulo/ LP: Books, 2013.

MEC. PIBID – Apresentação. 2019-2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pibid> Acesso: 13/06/2022

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo; NEVES, Yára Pereira da Costa e Silva. A escola como espaço dos direitos humanos. IN. RIBEIRO, Mara Rejane; RIBEIRO, Getúlio. **Educação em direitos humanos e diversidade: diálogos interdisciplinares**. Maceió: EDUFAL, 2012.

MONDAINI, Marco. Direitos Humanos. IN.PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Novos temas nas aulas de história**. 1. ed., 2ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTEIRO, 2005 *apud* FERREIRA e FRANCO, 2019, p.134.

NEALDO, Carlos. Alagoas tem dois municípios entre os 60 mais violentos do País, aponta levantamento do Ipea. **Gazetaweb.com**. Maceió. 27 de jun. de 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. d. 1.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINTO, Mércia Serqueira; BASTIANI, Regina. A educação na perspectiva de uma cultura em direitos humanos nas escolas do RS. IN. RIBEIRO, Mara Rejane; RIBEIRO, Getúlio. **Educação em direitos humanos e diversidade: diálogos interdisciplinares**. Maceió: EDUFAL, 2012.

DADOS gerais. **Arapiraca uma cidade para todos**, 2021. Disponível em: <https://web.arapiraca.al.gov.br/a-cidade/dados-gerais/> Acesso: 19/01/2023

SACAVINO, Susana. Educação em direitos humanos e democracia. IN. CANDAU (Org.), Vera Maria; SACAVINO, Susana (Org.). **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

SADER, Emir. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. *In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teóricos- metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAÚÍ, Marilena. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. – São Paulo: Cortez, 2013.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jönh Rösen e o Ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

THEODORO. Janice. Educação para um mundo em transformação. *In: KARNAL, Leandro. História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6. Ed., 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Caderno Didático do professor de História

MIDIANE CORDEIRO DA SILVA

**CADERNO DIDÁTICO DO
PROFESSOR DE HISTÓRIA**

**DIREITOS HUMANOS NAS
AULAS DE HISTÓRIA:
SUGESTÕES E ORIENTAÇÕES**



Fonte: <https://www.pucgoias.edu.br/wp-content/uploads/2022/08/top-view-solidarity-concept-1536x864.jpg>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA/UFS

MIDIANE CORDEIRO DA SILVA

CADERNO DIDÁTICO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA

DIREITOS HUMANOS NAS AULAS DE HISTÓRIA:
SUGESTÕES E ORIENTAÇÕES

2023

S Sumário

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	2
Tema da Sequência I: A importância dos direitos humanos	3
OBJETIVO GERAL	3
Objetivos específicos	3
DETALHAMENTO DAS AULAS	4
SUGESTÃO DE ATIVIDADE 01	5
SUGESTÃO DE ATIVIDADE 02	7
Tema da sequência II- Ressignificando os papéis sociais de gênero: impactos, perspectivas e possibilidades	9
OBJETIVO GERAL	9
Objetivos específicos	9
DETALHAMENTO DAS AULAS	10
AVALIAÇÃO	12
Tema da sequência III: Campanha Maio Laranja	14
OBJETIVO GERAL	14
Objetivos específicos	14
DETALHAMENTO DAS AULA	15
PROPOSTA DE ATIVIDADE	17

Tema da sequência IV - A África está em nós: desafios e possibilidades de uma educação antirracista	18
OBJETIVO GERAL	18
Objetivos específicos	18
DETALHAMENTO DAS AULAS	19
SUGESTÃO DE ATIVIDADE 01	21
SUGESTÃO DE ATIVIDADE 02	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

A Apresentação

Este caderno contém orientações sobre algumas temáticas que consideramos fundamentais para a formação da identidade cidadã de nossos estudantes. Propomos apontar como alguns aspectos do tempo vivido podem ser utilizados nas aulas de história como elemento de fortalecimento dos valores democráticos e da promoção dos direitos humanos.

Esse material tem o objetivo de apresentar algumas sugestões e reflexões acerca questões que perpassam o cotidiano dos estudantes e que precisam ser discutidas de forma reflexiva propiciando aos mesmos construir itinerários com bases críticas e argumentativas, sobre a importância da efetivação dos direitos fundamentais.

Nesse manual estão elencadas algumas sequências didáticas que tratam de temas que englobam a Educação em Direitos Humanos e o Ensino de História.

As escolhas pelas temáticas foram uma tentativa de construir caminhos reflexivos sobre questões sociais sensíveis, que têm historicamente balizado as relações individuais e coletivas, e que reforçam a naturalização de violações de direitos humanos contra determinados segmentos sociais.

Contudo, nossa intenção aqui é possibilitar reflexões e conseqüentemente a sensibilização sobre as potencialidades que a Educação em Direitos Humanos pode ofertar aliada ao Ensino de História para o desenvolvimento de leituras de mundo que integrem as dimensões do passado e do presente.

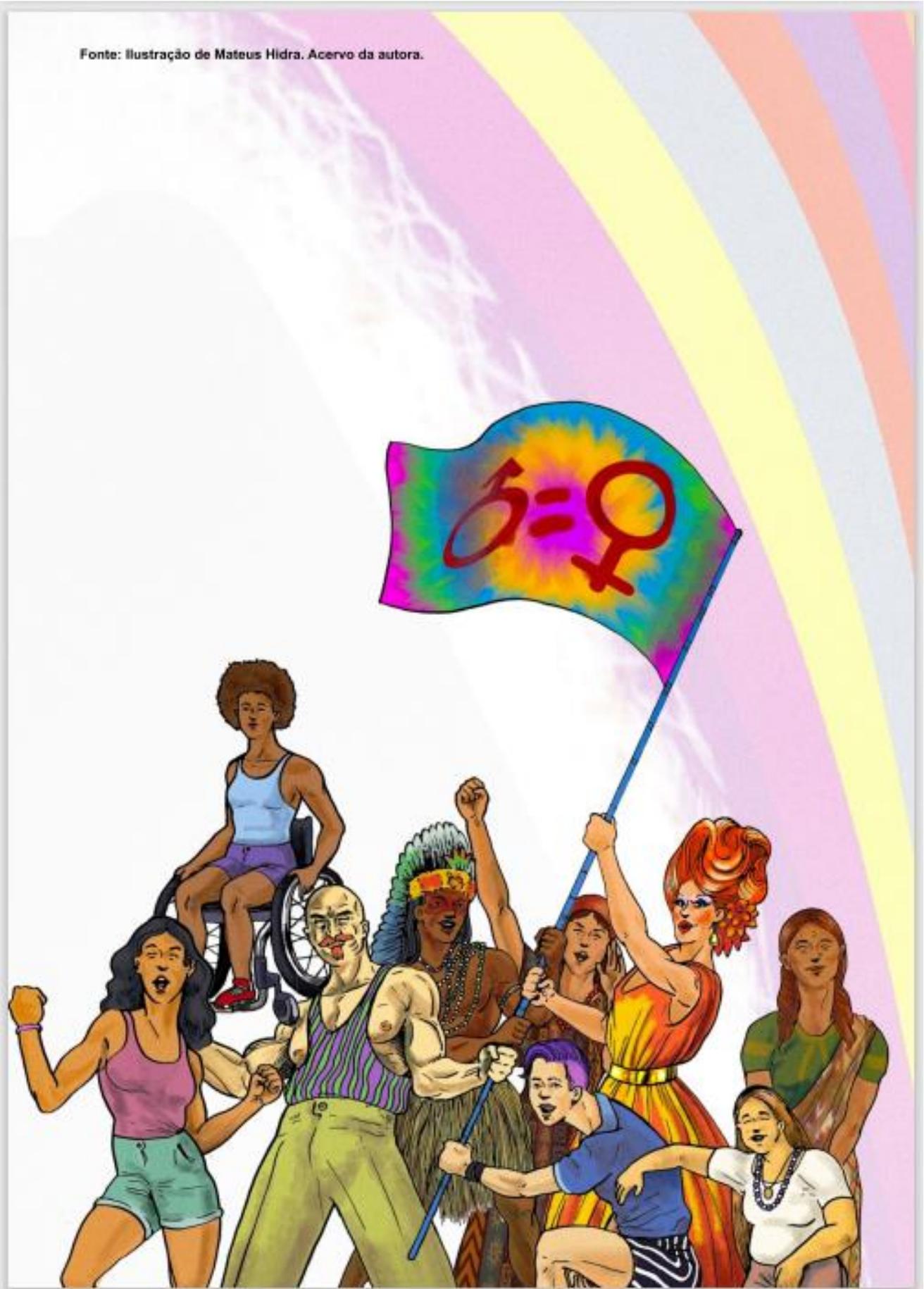
Introdução

Num país marcado historicamente pela violação dos direitos humanos, com uma construção social, cultural, econômica sedimentada a partir da negação do Outro, penso ser extremamente relevante para a construção e efetivação da cidadania, que a escola aborde temas que contribuam para a construção de uma cultura que respeite as diferenças e valorize a diversidade, numa tentativa de dar visibilidade a grupos sociais (negros, mulheres, pobres, indígenas) que sistematicamente vêm tendo suas dignidades humanas desrespeitadas.

A escola no contexto atual tem ganhado maior protagonismo na formação dos cidadãos. É um espaço privilegiado onde as assimetrias sociais são reproduzidas e as tensões vivenciadas nas relações entre os que compõem a comunidade escolar. Desse modo, os educadores/as assumem cada vez mais a responsabilidade de conduzir - a partir dos conhecimentos científicos, alternativas frente aos desafios cotidianos do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a noção de cidadania - que não pode ser pensada nos dias atuais sem destacar a relevância da efetivação dos direitos fundamentais,- será aqui representada por sequências didáticas que tocam em querelas que a sociedade precisa discutir formas de enfrentamento. Daremos destaques às questões que estruturam as relações sociais como os papéis sociais de gênero, a violência contra as mulheres, a violência sexual contra crianças e adolescentes e por fim o racismo.

Fonte: Ilustração de Mateus Hidra. Acervo da autora.



01 Sequência



A importância dos direitos humanos

OBJETIVO GERAL

Pretende-se que ao final destas atividades os alunos possam compreender a importância dos Direitos Humanos.

Objetivos específicos

- Compreender a concepção contemporânea de Direitos Humanos.
- Conhecer o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e relevância desse documento para a proteção integral das crianças e adolescentes no Brasil.
- Empoderar os educandos para que na condição de sujeitos históricos e de direitos possam engajar-se na luta pela efetivação, defesa e promoção dos direitos humanos para todos.
- Exercitar a habilidade de análise de fontes históricas.

HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

- Capacidade de leitura e interpretação de documentos.
- Compreensão do mundo contemporâneo, considerando a historicidade dos conceitos e dos acontecimentos históricos.
- Fortalecimento da consciência histórica.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE I

O que são os Direitos Humanos?

QUESTÃO NORTEADORA

A história dos Direitos Humanos.

CONTEÚDOS A SEREM TRABALHADOS

Direitos Humanos - violação de direitos humanos.

HABILIDADE DA BNCC A SER DESENVOLVIDA

(EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação.

TEMPO DE EXECUÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

02 aulas.

PÚBLICO ALVO

Alunos do 9º ano do ensino fundamental.

MATERIAIS NECESSÁRIOS

TV, imagens, texto impresso.

3



DETALHAMENTO DAS AULAS

PRIMEIRO MOMENTO: O que são os direitos humanos?

No início da aula o professor/a deverá apresentar o tema a ser trabalhado na sala, buscando perceber o que os estudantes sabem sobre o tema. Após ouvir e anotar no quadro, as definições que foram apontadas pelos alunos, o professor/a prosseguirá com a reprodução de um vídeo que traz um resumo geral sobre o que são os direitos fundamentais.



Canal Politize! Direitos humanos o que são e como surgiram? Projeto Equidade. Youtube, 9 de fevereiro de 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Rfs9DcRV_yQ, Acesso 31 de jul. 2023.

Após os alunos assistirem o vídeo, o professor pode fazer uma explanação sobre a trajetória dos direitos humanos, a partir da história dos documentos que antecederam a Declaração universal dos Direitos Humanos.

DOCUMENTOS ANTECEDENTES:

- Bill of Rights (1615).
- Declaração Americana (1776).
- Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão (1789)
- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).



SUGESTÃO DE ATIVIDADE 01

Leia o texto retirado do site da ONU Brasil e responda às questões abaixo:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. Desde sua adoção, em 1948, a DUDH foi traduzida em mais de 500 idiomas – o documento mais traduzido do mundo – e inspirou as constituições de muitos Estados e democracias recentes.

A DUDH, em conjunto com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seus dois Protocolos Opcionais (sobre procedimento de queixa e sobre pena de morte) e com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seu Protocolo Opcional, formam a chamada Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Uma série de tratados internacionais de direitos humanos e outros instrumentos adotados desde 1945 expandiram o corpo do direito internacional dos direitos humanos.

Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 06 ago. 2023.

- Defina o que é a Declaração universal dos Direitos Humanos?
- Por quem foi elaborada a DUDH?
- Quando e onde foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos?

O quadro abaixo representa uma síntese da Declaração Universal dos Direitos humanos, leia com atenção e escreva um pequeno texto falando da importância desses direitos.

PRINCIPAIS PONTOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

1 Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.	2 Todos têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.	3 Toda pessoa acusada de um crime presume-se inocente até que a sua culpa seja provada.	4 Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência.	5 Todos têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição de raça, nacionalidade ou religião.
6 A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção.	7 Todos têm direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião.	8 Todos têm direito à liberdade de opinião e de expressão.	9 Todos têm direito a salaria igual por trabalho igual.	10 Todos têm direito à educação.

Fonte: <http://www.blogdealtaneira.com.br/2018/12/declaracao-universal-dos-direitos.html>. Acesso em 06 ago. de 2023.



CONCLUSÃO

Antes do encerramento da aula o professor deve solicitar uma atividade em grupo de pesquisa acerca da violação dos direitos humanos no Brasil e no mundo através de imagens.

SEGUNDO MOMENTO: A violação dos direitos humanos como impasse à efetivação da democracia.

A aula deverá ser iniciada com a discussão sobre o conceito de violação de direitos humanos. O professor/a pode reproduzir o texto abaixo e pedir que façam a leitura.:

O que são violações de Direitos Humanos?

Quando há, contudo, um desrespeito ao que está previsto no Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos, dizemos que houve violação de Direitos Humanos. Tais violações podem ser realizadas por agentes do Estado ou por civis, pessoas físicas.

Exemplos de violações de Direitos Humanos são: trabalho escravo ou análogo à escravidão, tortura, violência contra a mulher, gravidez forçada, discriminação em relação à raça/gênero, ataques e violência física/cultural/territorial contra indígenas, genocídio, violência policial, perseguição por motivos políticos, fome, etc.

Vejamos o Direito Humano à moradia. De acordo com o artigo 25, da DUDH, “toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários”.

A garantia desse direito é de responsabilidade do ente federativo (a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios). Portanto, a má distribuição de renda e as precárias condições de moradia em muitas localidades brasileiras causam uma grave violação de direitos humanos cometida pelo Estado.

Outro exemplo de violação de Direitos Humanos é a escravidão. De acordo com a Convenção 29, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e com o artigo 4, da DUDH, ratificadas pelo Brasil, “ninguém será submetido à escravatura ou servidão”.

<https://institutoaurora.org/violacoes-de-direitos-humanos-o-que-sao/>: Acesso 08 ago. de 2023.

Após a leitura o professor/a pode solicitar que os estudantes respondam à atividade a seguir.



SUGESTÃO DE ATIVIDADE 02

Analise a imagem a seguir e responda às questões:



Fonte: <https://catracalivre.com.br/cidadania/violacao-de-direitos-humanos-persiste-no-brasil-Fafirma-anistia-internacional/> Acesso em: 21 ago. de 2023
 Fonte: <https://catracalivre.com.br/cidadania/violacao-de-direitos-humanos-persiste-no-brasil->

- Qual violação de direitos humanos está sendo representada na imagem?
- Qual a mensagem que a imagem procura transmitir?
- Cite exemplos de violações de direitos humanos.

CONCLUSÃO

Os estudantes devem elaborar um panfleto informativo sobre violação de direitos humanos que contenha uma definição do conceito e exemplos de violações, que deverá ser distribuído após nas outras turmas.

VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O processo ocorrerá de forma contínua, a partir da observação da participação nas aulas e na entrega das atividades propostas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HORTA, Maria Del Mar Rubio. Educar em Direitos Humanos: compromisso com a vida. IN:CANDAU, Vera Maria e SACAVINO, Susana. Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 2 ed.

HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos; uma história. Tradução Rosaura Eichenberg,- São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MARINHO, Genilson. Educar em direitos humanos e formar para a cidadania no ensino fundamental. São Paulo: Cortez, 2012. - Coleção educação em direitos humanos.

MONDAINI, Marcos. Direitos Humanos. In: PINSKY, Carla Bassanezi(org.). Novos temas nas aulas de História. - 1. ed., 2ª Reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2010.



Fonte: <https://psicologopauloalencar.com.br/wp-content/uploads/2022/05/sexoediversidade-sexual.jpg>



02 Sequência



Ressignificando os papéis sociais de gênero: impactos, perspectivas e possibilidades

OBJETIVO GERAL

Desenvolver nos educandos/as o entendimento da complexidade do ordenamento social brasileiro, baseado na organização social de gênero ligado ao regime patriarcal e androcêntrico, visando à promoção da equidade de gênero, no sentido de combater todas as formas de violência contra as mulheres e LGBTQIAPN+.

Objetivos específicos

- Contribuir para a formação de sujeitos de direitos comprometidos com a defesa da equidade de gênero.
- Fomentar a participação da comunidade escolar através de ações educativas que visem formar cidadãos críticos e atuantes capazes de refletirem acerca das implicações sociais que a ordem patriarcal e androcêntrica têm gerado ao longo do processo de desenvolvimento histórico do Brasil.
- Debater conceitos como feminismo, machismo, sexismo, sororidade, empoderamento feminino entre outros.
- Apresentar os aspectos gerais da legislação brasileira (Lei Maria da Penha, Lei do Femicídio).
- Debater a questão da construção social da mulher ao longo da história do Brasil.

QUESTÃO NORTEADORA

Discutir os papéis sociais de gênero que vêm sendo desconstruídos a partir da luta histórica das mulheres por equidade.

CONTEÚDOS A SEREM TRABALHADOS

História das mulheres - Movimento Feminista - Violência contra as mulheres.

HABILIDADE DA BNCC A SER DESENVOLVIDA

(EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação.

TEMPO DE EXECUÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

02 aulas.

PÚBLICO ALVO

Alunos do 9º ano do ensino fundamental.

MATERIAIS NECESSÁRIOS

TV, imagens, texto impresso.

DETALHAMENTO DAS AULAS

PRIMEIRO MOMENTO:

O professor/a deve elaborar e entregar aos alunos um organograma com os principais conceitos que perpassam a discussão dos papéis sociais de gênero e demonstrar com cada um impacta as relações entre homens e mulheres na sociedade:



Após uma sondagem dos alunos sobre os conhecimentos prévios desses conceitos, o professor/a deve pedir uma pesquisa sobre o significado desses conceitos e exemplos de como são reproduzidos socialmente.



SEGUNDO MOMENTO: A violação dos direitos humanos como impasse à efetivação da democracia.

A aula deve ser iniciada com a retomada das discussões da aula anterior. Em seguida, trataremos da Lei Maria da Penha e dos números da violência contra as mulheres no Brasil.

Após esse momento de recapitulação e apresentação da temática que será abordada na aula, o professor/a poderá exibir o vídeo que conta a história de vida de Maria da Penha Fernandes, a mulher que é homenageada com o seu nome na lei que visa combater a violência de gênero no Brasil.



Canal TEDx Talks Youtube, 14 de out. de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TR5fTdaBbvs>, acesso em 05/08/2023.

Partindo da biografia de Maria da Penha apresentada no vídeo podemos iniciar a discussão acerca dos números da violência contra a mulher no Brasil e no mundo, e destacando os tipos de violência.

Através dos números abaixo o professor/a deverá demonstrar o quão grave é a questão da violência de gênero no Brasil e no mundo, buscando que os estudantes que entendam que isso é um problema social que precisa ser encarado por todos.



Fonte: <https://claudia.abril.com.br/noticias/violencia-contra-mulher-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2021>. Acesso em 29/01/2023.



Fonte: <https://www.pomeranafm.com.br/projeto-em-saloes-de-beleza-capacita-profissionais-a-ajudar-mulheres-que-sofrem-violencia-domestica/ranking-feminicidio/> Acesso em 29/01/2023.

AVALIAÇÃO

A avaliação ocorrerá a partir da atividade proposta abaixo.

1. O aluno deverá assistir ao vídeo, analisar o cordel e produzir um texto sobre o que pode ser feito para acabar com a violência contra a mulher. O texto pode ser dissertativo ou em forma de poesia.



Canal Tião Simpatia Youtube, 2 de nov. de 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=8G9Ddgdw8HaQ>, acesso em 05/08/2023.

2. O texto a seguir faz parte do livro *Minha história das mulheres*, escrito pela historiadora Michelle Perrot, onde a autora aborda vários temas de como as mulheres foram e são descritas, interpretadas, silenciadas nas relações de gênero.



[...] Vejamos Aristóteles ou o pensador da dualidade de gêneros. De todos os filósofos gregos, e diferentemente de Platão, é ele quem estabelece de maneira mais radical a superioridade masculina. As mulheres se movem nas fronteiras da civilidade e da selvageria, do homem e do animal. São uma ameaça potencial para a vida harmoniosa da coletividade. Como mantê-las afastadas? As mulheres não são apenas diferentes: modelagem inacabada, homem incompleto, falta-lhes alguma coisa, são defeituosas [...] na geração, a mulher não passa de um vaso do qual se pode esperar apenas que seja um bom receptáculo [...].

Fonte: Michelle Perrot. Minha história das mulheres. São Paulo, 2017. p.23.

É possível identificar no pensamento de Aristóteles sobre as mulheres alguma semelhança com algumas representações femininas na atualidade? Escreva um pequeno texto justificando sua resposta.

FINALIZAÇÃO DA SEQUÊNCIA

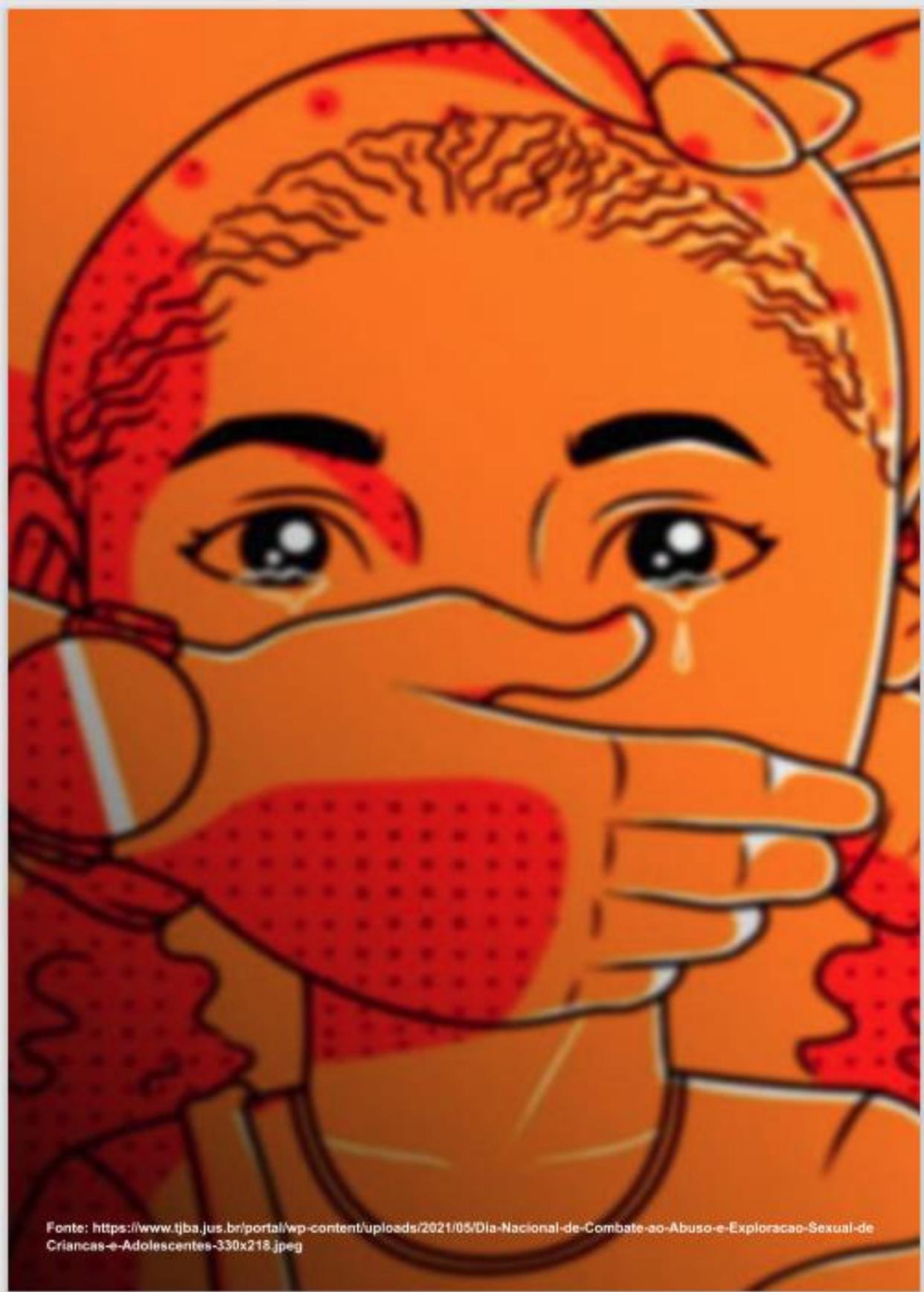
Para finalizar os alunos/as deverão produzir uma pesquisa com imagens (charges, reportagens, fotografias que retratem a violência de gênero no Brasil, observando os conceitos abordados, e deverão expor o resultado dessas pesquisas para toda a comunidade escolar.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PINSKY, Carla Bassanezi. In: PINSKY, Carla Bassanezi(org.). Novos temas nas aulas de História. - 1. ed., 2ª Reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2010.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. [Tradução Angela M. S. Córrea]. - 2. ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2017.



Fonte: <https://www.tjba.jus.br/portali/wp-content/uploads/2021/05/Dia-Nacional-de-Combate-ao-Abuso-e-Exploracao-Sexual-de-Crianças-e-Adolescentes-330x218.jpeg>

03 Sequência



Campanha Maio Laranja

OBJETIVO GERAL

Desenvolver a conscientização dos alunos sobre a Campanha Nacional de Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Objetivos específicos

- Discutir sobre o que é assédio e exploração sexual.
- Conhecer a história da Campanha.
- Debater os números oficiais da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.
- Apontar canais de denúncia e proteção contra esses crimes.

QUESTÃO NORTEADORA

A importância do combate a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

CONTEÚDOS A SEREM TRABALHADOS

Conceitos de violência sexual - Exploração sexual.

HABILIDADE DA BNCC A SER DESENVOLVIDA

(EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação.

TEMPO DE EXECUÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

02 aulas.

PÚBLICO ALVO

Alunos do 9º ano do ensino fundamental.

MATERIAIS NECESSÁRIOS

TV, imagens, texto impresso.



DETALHAMENTO DAS AULAS

PRIMEIRO MOMENTO:

O professor/a deve apresentar e explicar o significado do símbolo da Campanha Maio Laranja, o vídeo abaixo apresenta uma proposta didática interessante:



CANAL JFT - Câmara Municipal de Juiz de Fora, Youtube 18 de mai. De 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=7aQOavLcCrU>. Acesso em: 06 ago. de 2023.

Após a reprodução do vídeo, o professor/a deve enfatizar a importância da preservação do direito das crianças e adolescentes de terem uma vida livre de qualquer violência. Que é dever de toda a sociedade cuidar para que seus direitos sejam assegurados. Após essa breve explanação deve reproduzir o vídeo que trata da história da menina Araceli e sua relação com a Campanha Maio Laranja.



Canal Projeta, Youtube, 16 de mai. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oX7GAzp54BA>. Acesso 06 mai. 2023.

Em seguida, o professor/a deve questionar os estudantes sobre o conhecimento prévios deles sobre esse crime e instigá-los a pensar se histórias como as de Araceli são comuns no nosso cotidiano. Dando prosseguimento devemos abordar a diferença entre abuso e exploração sexual.

Para reforçar a abordagem dos conceitos o professor/a pode reproduzir os vídeos abaixo que explica de forma didática os conceitos na prática e de forma lúdica.



Canal Plenarinho O jeito criança de ser cidadão, Youtube, 08 de jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e5R0sQ9QWkM>. Acesso 06 de ago. 2023.



SEGUNDO MOMENTO: OS PERIGOS NA INTERNET

Na aula seguinte o professor/a deve revisar os conceitos que foram abordados na aula anterior, destacando sempre a importância de discutir esse tema para que os estudantes consigam se proteger- afinal a gente só consegue se proteger daquilo que temos conhecimento. Em seguida, deve apresentar o gráfico abaixo sobre os números da violência sexual no Brasil.



Fonte: <https://geracaoamanha.org.br/abuso-e-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes/> Acesso em 29/01/2023.

Após a problematização desses dados sobre o perfil das vítimas de violência sexual, o educador deve abordar a questão do cuidado com o uso das redes sociais, enfatizando a privacidade com relação aos dados pessoais e o cuidado em manter contato com pessoas desconhecidas, tendo em vista o aumento desses tipos de crime por meio virtual.

Para finalizar o professor/a deve apontar os canais de denúncia que podem ser utilizados para esses casos;

- Disque 100
- Conselho tutelar do município
- Disque 190
- Serviços socioassistenciais do município



PROPOSTA DE ATIVIDADE

O texto a seguir trata da importância de toda a sociedade se comprometer em proteger as crianças e adolescentes da violência sexual. Leia-o.

Proteger crianças e adolescentes é um dever de todos!

A violência sexual contra crianças e adolescentes é classificada como um grave problema de saúde pública no mundo inteiro. No Brasil, aproximadamente 30% da população foi abusada sexualmente antes dos 18 anos. Só em 2018, foram 32 mil casos, o que corresponde a três crianças ou adolescentes violentados por hora.

A Constituição Federal no artigo 227 é clara: "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

No Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 18 de maio, a Federação Médica Brasileira (FMB) lembra que proteger e respeitar crianças e adolescentes é um dever de todos!

Se você tiver conhecimento ou suspeita de algum caso, denuncie.

Disque 100 – Denúncia anônima de vítimas ou testemunhas de violações de direitos de crianças e adolescentes, como violência física ou sexual.

Disque 180 – Em casos de violência contra mulheres e meninas, seja violência psicológica, física, sexual causada por pais, irmãos, filhos ou qualquer pessoa. O serviço é gratuito e anônimo.

Polícias – Quando estiver presenciando algum ato de violência, acione a Polícia Militar por meio do número 190. Também é possível acionar as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e as de Proteção à Criança e ao Adolescente da sua cidade.

Fonte: MPC e Unicef. Disponível em: <https://www.sindmepa.org.br/2022/05/proteger-criancas-e-adolescentes-e-um-dever-de-todos/>. Acesso em 06 ago. de 2023.

- Por que a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil é considerado um problema de saúde pública?
- O que o art. 227 da Constituição Federal determina?
- Quais canais de denúncia existem no Brasil para denunciar a violência sexual e outros tipos de violência sofrida por crianças e adolescentes?

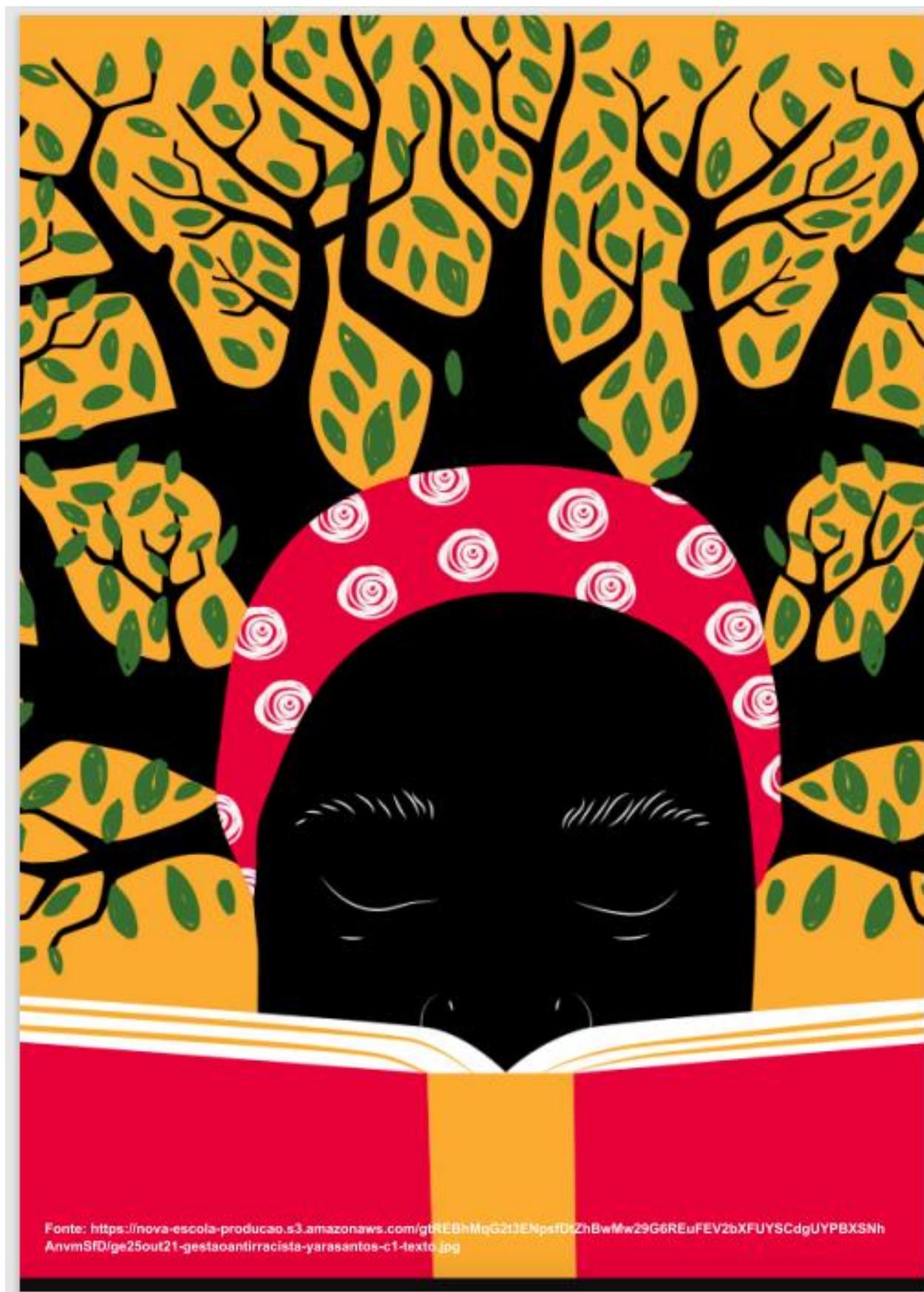


Sites

<https://www.unicef.org/brazil/>

<https://brasil.un.org/pt-br>

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>



Fonte: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/gtREBhMqG2t3ENpsf0sZhBwMw29G6REuFEV2bXFUYSCdgUYPBXSNhAnvmSfD/ge25out21-gestaoantirracista-yarasantos-c1-texto.jpg>

04 Sequência



A África está em nós: desafios e possibilidades de uma educação antirracista

OBJETIVO GERAL

Rever algumas das representações sociais da negritude historicamente reproduzidas no Brasil, na tentativa de desconstruir a clivagem social e simbólica das quais a população negra é vítima.

Objetivos específicos

- Desmistificar os estereótipos dos negros presentes no imaginário social brasileiro;
- Analisar a representação do negro no livro didático e na literatura.
- Compreender a participação histórica do negro na perspectiva de "um civilizador".
- Conhecer os aportes culturais africanos que permeiam o cotidiano brasileiro (culinária, literatura, artes, música, religiões, língua etc.)
- Debater sobre racismo, preconceito, discriminação e suas implicações para a promoção da equidade entre os grupos étnico-raciais que formam a sociedade brasileira.

QUESTÃO NORTEADORA

Reconhecer o racismo estrutural brasileiro como impedimento da efetivação dos direitos humanos.

CONTEÚDOS A SEREM TRABALHADOS

A luta dos negros pelos direitos humanos - Racismo estrutural no Brasil.

HABILIDADE DA BNCC A SER DESENVOLVIDA

(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.

TEMPO DE EXECUÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

04 aulas.

PÚBLICO ALVO

Alunos do 8º ano do ensino fundamental.

MATERIAIS NECESSÁRIOS

TV, imagens, texto impresso.



DETALHAMENTO DAS AULAS

PRIMEIRO MOMENTO

O professor/a deve iniciar a aula perguntando aos estudantes o que eles sabem sobre a África. Após esse momento de sondagem, o professor deve questionar se os mesmos reconhecem da importância da África para a história da humanidade. A abordagem deverá ser seguida pela a apresentação do mapa do continente africano e de alguns aspectos gerais como (países, área, densidade demográfica, línguas...).



Fonte: <https://www.souzaaranhamachado.com.br/2019/12/o-despertar-do-continente-africano/> Acesso: 08 ago. de 2023

A África é constituída por 59 países que cobrem uma massa de terra de 31 milhões de km². Isto corresponde a uma participação de cerca de vinte por cento do total da superfície habitável da terra. As linhas costeiras na África e nos arredores têm um comprimento total de 41.184 km. Esses 59 países da África abrigam 1,43 bilhões de pessoas (= 17,9% da população mundial). Eles são responsáveis por cerca de 2,9% da produção econômica mundial.

A África é o segundo maior continente do mundo depois da Ásia. Tradicionalmente, a África tem sido uma área bastante rural, embora, como em todas as partes do mundo, a urbanização esteja aumentando e a população esteja sedes locando do campo para as cidades sempre crescentes.

Fonte: <https://www.dadosmundiais.com/africa/index.php> Acesso: 08 ago. de 2023.



O professor/a deverá dar seguimento a discussão sobre a questão da importância dos povos africanos para a história da humanidade destacando exemplos dos grandes grupos étnicos que surgiram no continente e enfatizando suas riquezas.

Foi na África que surgiu o Homo Sapiens, há cerca de 160 mil ano, bem como a primeira civilização, O Egito, há 5 mil. A evolução da espécie humana teve início na África Oriental e na Meridional, ponto de partida para a colonização do restante do continente e do mundo. A África é riquíssima em recursos minerais, possuindo em seu subsolo a maioria dos minerais conhecidos, sobretudo os mais raros e valiosos, muitos deles em quantidades notáveis.

Na África são faladas mais de mil línguas diferentes [...]

Fonte: PEREIRA, Analúcia Danilevitz. África pré-colonial: ambiente, povos e culturas. IN. História da África e dos Africanos. p.16-18-20.

Após essa apresentação geral do continente africano, o professor/a pode iniciar a discussão acerca da relação da África com o Brasil, questionando se podemos falar da história do Brasil sem destacar a importância das contribuições dos africanos (cultura, língua, economia, esporte, na ciência, na literatura...).

Após essa explanação o professor/a deve questionar os estudantes se eles tinham essa perspectiva em relação ao continente africano. Após os alunos expressarem suas opiniões o professor/a deve iniciar a discussão acerca dos problemas que o continente africano herdou dos processos históricos de expropriação de suas riquezas materiais e culturais, destacando o processo de escravização como um dos processos mais violentos da história da humanidade.

A história da África e a história do Brasil estão intimamente relacionadas desde o momento em que os colonizadores portugueses ocuparam as margens do Oceano Atlântico Sul, no século XVI[...].

A historiografia destaca a contribuição africana para a formação da sociedade brasileira na cultura, na arte e religiosidade, além dos aspectos raciais. Mas os africanos trouxeram técnicas que impulsionaram a agricultura, a pecuária e o combate a enfermidades [...] A fundição de metais e a produção de utensílios, bem como a introdução de determinados padrões de comportamentos políticos e de organização social [...]

Fonte: VISENTINI, Paulo G. Fagundes. As relações Brasil - África: da indiferença a cooperação. IN. História da África e dos Africanos. p.16-188-189).



SUGESTÃO DE ATIVIDADE 01

Leia o poema a seguir. Depois responda às questões:

MÃE ÁFRICA

Fostes, com certeza, o berço da humanidade.
Em minhas veias, ainda, corre o teu sangue.
Teus filhos foram arrancados com maldades
E ainda o teu rico solo é regado com sangue.

Tuas raízes históricas são ricas e milenares.
Da humanidade és patrimônio rico e natural.
Pelas tuas diversidades culturais e valores,
Há a cobiçada do capitalismo descomunal.

És negra e original na riqueza da tua pele
E os teus filhos ainda lutam pela liberdade,
Repudiando o capitalismo sujo da maldade.

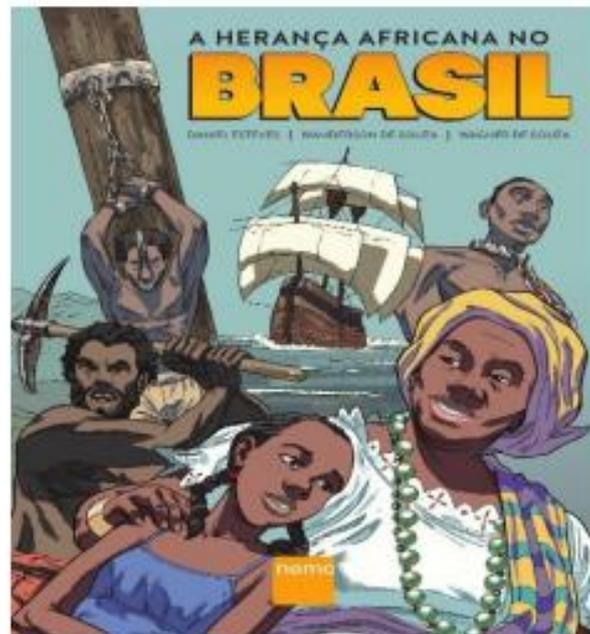
Mãe negra, dividida e palco de exploração,
És rica, não precisando de ofertas e esmolas.
Por direito e justiça é necessário reparação.

EVERALDO CERQUEIRA

Fonte: Este poema encontra-se publicado na antologia Escondidos Sob o Luar - Editora Brado das Letras - 2a. Edição - 2009) <https://www.recantodasletras.com.br/sonetos/723125#:~:text=Fostes%2C%20com%20certeza%2C%20o%20ber%C3%A7o,ainda%2C%20corre%20o%20teu%20sangue.&text=E%20ainda%20o%20teu%20rico%20solo%20%C3%A9%20regado%20com%20sangue>. Acesso 09 ago. de 2023.

- Em qual parte do poema é destacada a importância da África na história da humanidade?
- O que o poeta quis expressar na última estrofe do poema?

Observe a imagem e responda à questão:



Fonte: https://issuu.com/grupoautentica/docs/capa_heranca_africana_051114_ricard Acesso: 09 ago. de 2023

Quais elementos da história afro-brasileira estão representados na imagem?

SEGUNDO MOMENTO: Os desdobramentos do racismo nas relações sociais brasileira.

O professor/a poderá iniciar a aula reforçando os aspectos sobre a importância do continente africano para a história da humanidade e para a história do Brasil. Nesse sentido, após recapitular o que foi discutido, poderá indagar aos estudantes acerca da valorização dos africanos. Nesse ínterim, pode questionar se as populações afrodescendentes têm a sua história reconhecida e valorizada no Brasil. A partir das colocações dos estudantes o professor/a deve questionar se existe racismo no Brasil, se negros e brancos têm as mesmas oportunidades e se racismo, preconceito racial e discriminação racial é a mesma coisa.

Após esses questionamentos podemos seguir explicando a diferença entre esses conceitos. O texto abaixo, retirado do livro *Racismo Estrutural* de Silvio de Almeida, nos ajuda a compreender o significado desses conceitos fundamentais para entendermos as estruturas que compõem o racismo.



[...] racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, que se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes, que culminam em desvantagens e privilégios para indivíduos, a depender do grupo social ao qual pertençam. [...] preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencem a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas de discriminação. [...] discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados.

Fonte: Silvio Almeida, Racismo Estrutural. São Paulo: Polên, 2019, p.22-23.

Para fixar os conceitos supracitados, escolhemos alguns exemplos para ajudar na reflexão. O vídeo abaixo apresenta uma reportagem sobre o caso do jogador brasileiro Vinicius Júnior, que vem sendo constantemente alvo de racismo na Espanha.



Canal SBT News, Youtube, 22 mai. de 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=M8NDCKR8I-k>. Acesso 11 de ago. 2023.

O conceito de preconceito racial pode ser discutido a partir dos estereótipos socialmente arraigados no imaginário social brasileiro herdado de nosso passado colonial.

As imagens abaixo representam exemplos clássicos, que ocorrem frequentemente no nosso cotidiano e ajudam a entender o conceito.



Fonte: <https://horizonteseticos.wordpress.com/2015/08/18/lei-no-7-71689-e-lei-do-crime-racial/>
Acesso em: 11 ago. de 2023.



Fonte: <https://www.juniao.com.br/chargecartum/> Acesso em: 11 ago. 2023.

Após a análise e discussão das fontes, o professor/a deve apresentar outros aspectos do racismo que perpassam a realidade brasileira.

Um itinerário que pode ser seguido é o do racismo na língua portuguesa do Brasil. Desse modo, podemos demonstrar exemplos de expressões, imagens, trechos de obras literárias que possuem cunho racista.

Podemos iniciar esse trajeto pelos livros de história. As imagens sistematicamente reproduzidas da escravidão, com figuras escravizadas e muitas vezes com figuras disformes, fazendo trabalhos domésticos, que reforçam a inferiorização dos negros no imaginário social. Podemos utilizar as imagens abaixo para demonstrar como os livros reproduzem sistematicamente esse tipo de imagem.



Representação da forma como os africanos escravizados eram trazidos ao Brasil nos navios negreiros

Fonte: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/escravidao-no-brasil-colonial.htm>. Acesso em: 11 ago. de 2023.



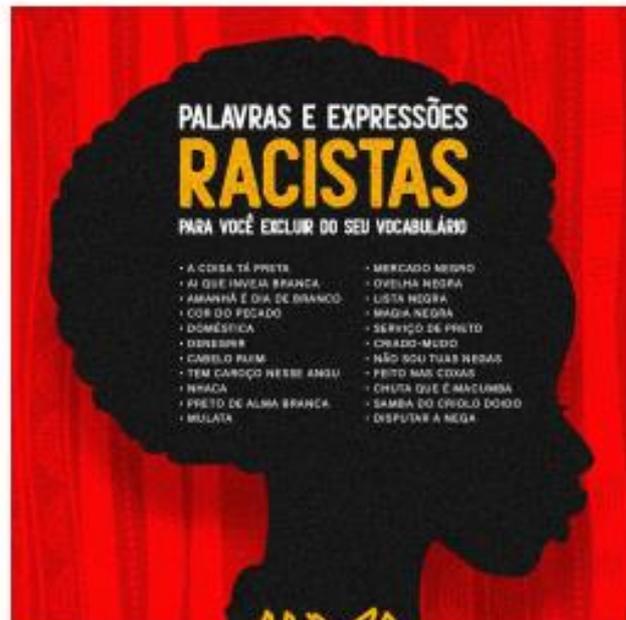
Jean-Baptiste Debret/Reprodução. Fonte: <https://www.geledes.org.br/brasil-1822-um-pais-parido-pela-escravidao/>
Acesso em: 11 ago. 2023.

Para reforçar a desconstrução desses estereótipos podemos utilizar a obra de Monteiro Lobato como um exemplo de como o racismo é retroalimentado historicamente.

"No calor da guerra com as onças, Emilia, a bonequinha esperta e independente, comenta: Não vai escapar ninguém – nem Tia Nastácia, que tem carne preta."
Tia Nastácia, esquecida de seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro acima."

Fonte: (trechos do livro "Caçadas de Pedrinho" - Monteiro Lobato).

No caso da língua portuguesa possuímos um vasto repertório de palavras e expressões racistas, que muitas vezes são reproduzidas e naturalizadas sem a devida atenção. A imagem a seguir, apresenta exemplos de palavras e expressões racistas.



Fonte: <https://www.uninassau.edu.br/noticias/conheca-expressoes-racistas-que-devemos-abolir-do-vocabulario>. Acesso 11 ago. 2023.

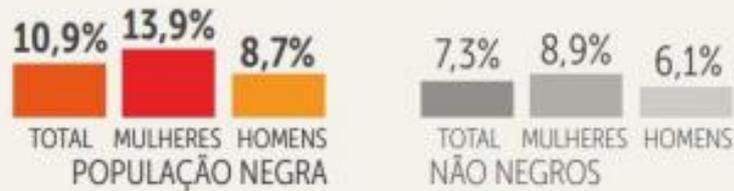
Para finalizar, o professor/a pode apresentar alguns dados sobre a população negra no Brasil. As imagens a seguir trazem alguns dados relevantes para entender a dinâmica social que demonstram a situação de desigualdade entre os grupos sociais que formam a população brasileira.



Fonte: IBGE. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/22/total-de-pessoas-que-se-autodeclararam-pretas-e-pardas-cresce-no-brasil-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 11 ago. 2023.



TAXA DE DESOCUPAÇÃO



Fonte: <https://www.uninassau.edu.br/noticias/conheca-expressoes-racistas-que-devemos-abolir-do-vocabulario>. Acesso 11 ago. 2023.

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL



Fonte: <https://www.uninassau.edu.br/noticias/conheca-expressoes-racistas-que-devemos-abolir-do-vocabulario>. Acesso 11 ago. 2023.



Fonte: <https://www.uninassau.edu.br/noticias/conheca-expressoes-racistas-que-devemos-abolir-do-vocabulario>. Acesso 11 ago. 2023.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE 02

1. Observe a imagem a seguir e responda a questão abaixo:



Fonte: <https://ponte.org/charge-negros-sao-as-maiores-vitimas-da-violencia/> Acesso em: 11 ago. 2023.

Qual aspecto da realidade social brasileira está sendo representado na imagem?

2. A filósofa Djamila Ribeiro, em sua obra *Pequeno Manual Antirracista*, discorre sobre alguns aspectos para compreender os mecanismos que movem as estruturas do racismo no Brasil. Leia o trecho abaixo e responda às questões:

[...]“O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo. [...] A prática antirracista é urgente e se dá nas atitudes cotidianas.”

Fonte: Djamila Ribeiro. *Pequeno Manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p.12-13.

a) Quais tipos de opressões o sistema racista brasileiro tem gerado para a população negra?

b) Segundo a autora, como devemos combater o racismo?



Você já ouviu falar da Lei da Vadiagem?

A vadiagem é uma contravenção prevista no artigo 59 do decreto-lei 3.688 de 1941. A lei classifica como vadiagem "entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita".

Fonte: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/lei-da-vadiagem-e-raramente-aplicada-mas-ainda-persiste-no-pais/2365554> - Acesso em: 13 ago. de 2023.

Qual a sua opinião sobre essa lei? Seria essa lei uma forma de criminalizar as pessoas mais pobres e justificar a violação dos direitos humanos contra esses grupos?



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. - São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevics. História da África e dos africanos. 3. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

HORTA, Maria Del Mar Rubio. *Educar em Direitos Humanos: compromisso com a vida*. IN: CANDAUI, Vera Maria e SACAVINO, Susana. *Educar em direitos humanos: construir democracia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 2 ed.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos; uma história*. Tradução Rosaura Eichenberg.- São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MARINHO, Genilson. *Educar em direitos humanos e formar para a cidadania no ensino fundamental*. São Paulo: Cortez, 2012. – Coleção educação em direitos humanos.

MONDAINI, Marcos. *Direitos Humanos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi(org.). *Novos temas nas aulas de História*. – 1. ed ., 2ª Reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi. In: PINSKY, Carla Bassanezi(org.). *Novos temas nas aulas de História*. – 1. ed ., 2ª Reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. [Tradução Angela M. S. Côrrea]. – 2. ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevics. *História da África e dos africanos*. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.